

Paulo Geyer Bernardes

Petrópolis, os ares do campo civilizado na cidade imperial.

Monografia apresentada à Graduação em História da
PUC-Rio como requisito parcial para obtenção de título
de Licenciada em História.

Orientador: Antonio Edmilson Martins Rodrigues

Rio de Janeiro

Julho de 2020

*Aos meus sobrinhos Antônio Pedro, Arthur, Gabriel e Felipe:
que eles cresçam em um mundo mais justo e harmonioso.*

Agradecimentos

Agradeço aos meus queridos amigos de jornada durante a graduação: Barbara Prado, Gabriel Vettorazzi, Juliana Gomes e Marcia Pinheiro.

À Prof.^a Maria Elisa Noronha de Sá, que me orientou durante o PIBIC, pelas reuniões, textos e reflexões que ajudaram muito na escrita deste trabalho final.

Ao meu orientador, Prof. Edmilson Rodrigues, que me deu bons conselhos para a feitura desta monografia e uma leitura precisa.

À minha leitora crítica, Prof.^a Luciana Borgerth, pelo apoio dado durante as aulas do Estágio Supervisionado.

A todos os funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, sempre solícitos em ajudar e que me acompanharam durante este período.

Soberanos dinásticos e suas cortes perdem cada vez mais sua importância no momento atual do desenvolvimento da sociedade. (...). Os representantes das formas sociais ascendentes costumam observar esses vestígios de uma época passada com sentimentos confusos.

Norbert Elias

Resumo

A presente monografia pretende investigar a cidade de Petrópolis na segunda metade do século XIX como cidade idealizada para se constituir como a Corte no Segundo Reinado, inserida no discurso de civilização vigente no Brasil Império, materializado na fundação e desenvolvimento de Petrópolis. O objetivo é defender a hipótese de uma cidade idealizada pelo modelo europeu de civilização, progresso e retiro ideal para a elite do Brasil de D. Pedro II.

Palavras-chave: Petrópolis, Civilização, Segundo Reinado, Corte, Império.

Abstract

This monograph aims to investigate Petropolis in the last half of the XIX century as an idealized city to be constituted as the Second Reign's Court, inserted in that contemporary discourse of civilization imbued in the Brazilian Empire, materialized at the time of foundation and development of Petropolis. The goal is to defend the hypothesis of a city which was idealized based on the European model of civilization, progress and vacancies idealistic to the Brazilian elite under the reign of D. Pedro II.

Keywords: Petropolis, Civilization, Second Reign, Court, Empire

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
1. O ARQUITETO E O IMPERADOR.....	15
1.1 Projetos de cidade civilizada.....	17
1.2 Transmigração.....	19
1.3 O poder imperial.....	21
2. UMA CIDADE EUROPEIA NOS TRÓPICOS.....	25
2.1 Figurações.....	26
2.2 As portas da cidade civilizada.....	30
2.3 A cidade de Pedro.....	32
3. RIO DE JANEIRO E PETRÓPOLIS: SEMELHANÇAS E ANTÍTESES.....	35
3.1 Jornal das Famílias.....	38
3.2 As duas cidades sob o olhar dos viajantes.....	42
3.3 As dualidades entre Corte e cidade.....	45
CONCLUSÃO.....	47
ANEXOS.....	50
1 Palácio Imperial: 1860-1889.....	50
2 Família Imperial: 1885-1889.....	52
3 Petropolis: 1874-1897.....	53
4 Sociedade: 1875-1885.....	56
REFERÊNCIAS.....	57

INTRODUÇÃO

Pensar em um estudo sobre a fundação e ascensão de Petrópolis como um ideal de cidade europeia no Brasil Império da segunda metade do século XIX, é compreender como se configuraram determinados desejos, alocados para compor em um espaço físico os discursos de civilização, progresso, bom gosto, civilidade e sociabilidade de Corte que estavam sendo transferidos de uma Europa considerada modelo desses parâmetros comportamentais. Serão valores centrais para caracterizar um Brasil monárquico, única nação regida por esse regime no continente americano naquela época e que estava recepcionando os valores europeus de civilização como antítese para uma sociedade recém-independente e que buscava um lugar de destaque dentro da simbologia corte-família imperial-sociedade aristocrática e sua inserção no mundo ocidental.

Assim, vai se concretizando a ideia para a presente monografia, que pretende em uma hipótese final compor uma junção de algumas das ideias e pensamentos que estavam sendo idealizados para a cidade, seja a relação entre o indivíduo e a cidade - Petrópolis como uma criação, não como uma edificação de um espaço orgânico -, ou a idealização de um lugar de Corte e cidade construída com propósitos concretos para a composição de uma construção simbólica e física de uma condição europeia de superioridade. Cidade que vai receber todo o aparato de um sistema de corte sob o governo imperial de D. Pedro II e que irá representar e simbolizar a vida em torno do monarca e a supremacia dos valores civilizacionais no contexto geral da América Latina, dando a capital política – Rio de Janeiro – condições de realizar um processo de secularização dos valores da sociedade de Corte, abrindo espaços para os interesses burgueses.

Para tal fim, é preciso pensar em como a Europa estava influenciando outras nações sob a égide da civilização, para os quais aspectos físicos e simbólicos estavam se configurando para compor essa ideia de superioridade e transmissão de crenças no momento do século XIX em que tanto a parcela colonial quanto a parcela nacional do Império do Brasil estavam sob revisão - os objetivos de civilização estavam postos, restava saber como aplicá-los.

A ideia de cidade, ou campo afastado dos grandes centros urbanos do século XIX que passavam pelas Revoluções Industriais e ascensão de uma burguesia e o próprio inchamento das cidades como grandes núcleos urbanos pode ser uma perspectiva de se imaginar o campo como refúgio e, no caso de Petrópolis, o campo como proteção do contínuo desconforto administrativo-burocrático do Império, no espaço do Rio de Janeiro como capital para a

transposição para Petrópolis que tinha no seu centro a figura de D. Pedro II e toda a rede de sociabilidade que estava ao seu redor.

Considera-se também a oposição entre o Rio de Janeiro e Petrópolis, na gênese da fundação da cidade, criada para ser um refúgio da Família Imperial brasileira, mas que trará com ela todo o repertório protocolar que uma corte exige, mas com certo abrandamento das tensões políticas da capital. A realidade de uma sociedade escravocrata no Brasil Imperial, em que opiniões a favor e contra eram constantes, pode-se refletir em uma antítese representada por Petrópolis como outra realidade social na nação imperial, ainda que a escravidão estivesse presente no espaço da cidade:

[...] os homens que imprimiam direção ao Estado imperial não deixavam de ver o Brasil e a cidade-capital – que pretendiam que sintetizasse e monumentalizasse – como realidades inscritas numa temporalidade presidida numa noção de história contínua e linear, que pressupunha que os povos “do mundo inteiro” deveriam seguir os passos das “nações civilizadas e progressistas” e transitar, céleres para saldar o atraso, de um polo de negatividade representado pelas “trevas” da “ignorância” e da “barbárie” [...] ¹.

A presente monografia irá realizar uma breve contextualização da fundação de Petrópolis, em 1843, até seu auge como símbolo maior da civilização no Brasil Império do Segundo Reinado, mais objetivamente em 1860, quando a Imperial Colônia de Petrópolis é elevada a Cidade: “Seu desenvolvimento era tal que, em poucos anos, se já aproximava do porte de vila, ou mesmo de cidade. A emancipação se tornaria, então, um mero ajuste jurídico das ordenações do Reino ao quadro social existente” ².

A problematização das fontes e o diálogo com a historiografia vão ao encontro do ideal de formação de uma cidade com todos os signos e justaposições para um imaginário social de superioridade e elite, que vai gerar o desdobramento do discurso das cidades em que civilização como criadora de uma imagética para esse sistema ³.

¹ NEVES, 2009, p. 127. Esse argumento será desenvolvido no capítulo 3, “Rio de Janeiro e Petrópolis: semelhanças e antíteses”, dialogando com a análise de Margarida de Souza Neves em seu capítulo “Uma cidade entre dois mundos: o Rio de Janeiro no final do século XIX”.

² PEDROSO, 2014, p. 162.

³ Como apontado por PECHMAN (2015: 01): “a articulação da cidade/civilização tornar-se-á fatal para transformação da cidade em objeto de discurso [...] Esta articulação diz respeito muito mais à cidade como lugar de entrecruzamento dos discursos sobre civilização, isto é, trata-se certamente de imagens”.

Em vista do fenômeno social que relaciona os indivíduos à formação de uma sociedade, um sistema de corte em um artifício de interdependência, considera-se uma das hipóteses para um agrupamento social que edifica na Corte do Brasil do Segundo Reinado um modo específico de convivência. Como criar uma civilização de matriz europeia em um único governo monárquico no Continente Americano? Quais implicações e o papel que Petrópolis impõe nesse retrato de um Brasil Imperial, único nas Américas? Uma vivência com maior possibilidade entre o modo europeu de se viver e a realidade do Brasil oitocentista, conformando fisicamente e no imaginário social o modelo europeu que tenta incorporar a sociabilidade nas relações aristocráticas, burguesas e da população, incluindo os imigrantes e os escravizados.

Para uma corte, em um império como o brasileiro, determinados códigos são criados para a relação coletiva social, desde o enobrecimento da elite até a configuração física de Petrópolis, com o Palácio Imperial e as residências aristocráticas no seu entorno, por exemplo. Nessas sociedades, algumas apropriações para esse sistema são relevantes tais como vestimenta, regras de etiqueta, proximidade com o monarca, o bem falar, relações que Elias coloca na descrição do sistema de Corte em Versalhes e que se torna um padrão imagético para outras sociedades monárquicas.

A Família Imperial do Brasil tinha laços consanguíneos com as famílias reais dominantes da Europa, como a dinastia Bragança em Portugal e os Habsburgo no Império Austro-Húngaro. A nobreza trabalha com determinados signos. A materialização de Petrópolis nessa configuração simbólica realiza o imaginário de corte e civilização mais real e condizente para os que circulam em torno das figuras da nobreza e do monarca, D. Pedro II e a representação de civilidade e costumes que esses personagens reinantes permeiam na elaboração de protocolos de vida e dos anseios para uma elite emergente, enobrecida.

A ideia de estar em uma cidade imaginada fora de uma realidade angustiante, na caracterização de moradores e observadores estrangeiros, com conflitos internos e externos, caracterizados pelos conflitos sociais e políticos no Brasil oitocentista, parece realizar em Petrópolis um estado de fuga e de alheamento às condições adversas decorrentes de turbilhões políticos.

Petrópolis parece ser um indicativo de um espaço físico intocado pelas retrações temporais que se queria afastado dos problemas da urbe, o Rio de Janeiro, tão negativado pelas disputas políticas, a uma aspiração de sociedade perfeita - idílica e afastada de conflitos, girando em torno da dinâmica social que uma vida em corte pode representar. Essa postura encontra respaldo na afirmação de Elias: “A Sociedade de corte não é um fenômeno existente fora dos

indivíduos que a constituem; os indivíduos que a constituem, seja o rei ou o camareiro, não existem fora da sociedade que formam em sua convivência mútua”⁴.

Em sua análise, Elias se vale do fenômeno social que relaciona os indivíduos à formação de uma sociedade, um sistema de corte em um processo de interdependência, o que pode ser uma hipótese para um agrupamento social que edifica na corte, como no Brasil do Segundo Reinado, um tipo específico de convivência. A hipótese levantada é a de que Petrópolis não vai crescendo sobre uma “desordem” orgânica, mas com signos pré-determinados da ordem composta pelo ideal de civilização para a boa sociedade do Império, como a personificação de uma cidade europeia ou do campo europeu e que irá abranger desde o projeto arquitetônico, concretizado por Julius Friedrich Koeler, um Major teuto-brasileiro que havia ingressado no Exército e exercia o cargo de engenheiro.

A ideia de se levantar uma bibliografia que analise o papel das cidades é de fundamental relevância para compreender o contexto de uma cidade brasileira oitocentista. Quando, por exemplo, Antônio Edmilson M. Rodrigues coloca o Rio de Janeiro como uma cidade-referência em *Rio de Janeiro: capital e capitalidade*, o que se está construindo é a relação da cidade como um monumento de apreciação e símbolo maior da modernidade desejada, como capital do Império⁵. Questões levantadas aqui podem abrir espaço para qualificar a possível caracterização de Petrópolis como cidade referência da civilização europeia no Brasil. Na contemporaneidade, Petrópolis é uma referência de cidade imperial para habitantes e turistas que a frequentam em pleno século XXI.

Outro exemplo ainda dentro do espaço urbano carioca do início do século XX - cronologia fora do escopo desta monografia, é a Reforma do prefeito Pereira Passos (1902-1906). Uma cidade-capital como o Rio de Janeiro que, em outro momento de sua história republicana, vai se apropriar de signos europeus de civilização, na arquitetura e no espaço do Centro da Cidade para completar a obra de cidade espelho, uma Paris nos trópicos. Ou seja, parece que essa condição de transformação e adequação está sempre inserida na idealização das cidades referências da política brasileira centralizada, como Rio de Janeiro e Petrópolis, seja no século XIX, seja no século XX e que ocupa um alto teor de relevância na elite brasileira, contribuindo para um pensamento eurocêntrico de uma condição de superioridade.

⁴ ELIAS, 2001, p. 43.

⁵ “Era urgente a reconstrução da cidade-capital para elevar o nível de sua artificialidade [...] para ampliar a diferença entre a cidade civilizada e a cidade do povo [...]. Começou-se a construir uma capital europeia na imaginação das elites renovadoras da cidade” (RODRIGUES, 2002, p. 27).

Essa adequação é objeto de *A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora*, de André Nunes de Azevedo. A reforma da cidade, que por uma obra humana proposital modifica o cenário de uma paisagem, de um espaço urbano vai representar um modelo do papel das cidades, na distribuição do espaço físico, no distanciamento de camadas sociais e na elitização de um modo de vida: Por isso é uma reforma conservadora, porque é um olhar externo para a Europa, porque tanto o Brasil em meados do século XIX, com a fundação de Petrópolis, e no início do século XX, com a Reforma urbana no Rio de Janeiro, estava sob a influência de um olhar conservador de propostas de civilização justificada por Azevedo:

Portanto, era uma ideia de civilização de matriz eminentemente europeia, que não concebia em seu horizonte a possibilidade de o Brasil desenvolver uma civilização por uma via própria, ou seja, de fazê-lo revolvendo elementos de sua própria historicidade.⁶

Outra indicação que prevalece para uma análise e pesquisa para esta monografia é o uso das cidades do campo na Europa e no Brasil do século XIX como um refúgio das cidades grandes. Em um mesmo período que o Brasil vivia sobre o regime monárquico, a Inglaterra tinha seu apogeu no reinado da Rainha Vitória, por exemplo, e a prática da Rainha e sua corte sair de Londres para a Ilha de Wright ou Windsor para descanso e outros deveres era comum e indicava uma condição de superioridade que será seguida pela aristocracia e burguesia abastada do período. A Petrópolis de D. Pedro II não fugiria a essa regra. A cidade de Petrópolis tem esse caráter de um refúgio elitizado para a burguesia enobrecida e para o círculo social da corte.

É relevante destacar o papel das cidades na Europa como um ideário de ordem e civilização, em que a nobreza, nos países monárquicos da Europa, possui um papel central nesse aspecto. São ideias que são carregadas pelo vento e pelos viajantes e se tornam desejos concretos nos agentes políticos, influenciando o imaginário social do século XIX, que vivenciava profundas transformações no aspecto de suas cidades mais importantes e na relação com o indivíduo. Carl E. Schorske em *Pensando com a História, Indagações na passagem para o modernismo*, ajuda a compor o imaginário que as cidades na Europa estavam configurando na sociedade do século XIX. As cidades como ordenadoras do progresso e da civilização e que contavam com a presença da nobreza - possivelmente o ponto-chave dessa discussão, o campo

⁶ AZEVEDO, p. 161. Esta justificativa se refere à Reforma de Passos, mas pode servir como um elo para a análise da conjuntura petropolitana em fins do século XIX.

como uma antítese da cidade, o campo que era tão valorizado pela sociedade inglesa e pelo segundo Império Francês (a que o autor chama de “nostalgia pela vida rural”⁷).

A leitura do capítulo de Luiz Felipe Alencastro em *História da Vida Privada no Brasil Vol. 2. Império: a corte e a modernidade nacional* perpassa pelas modificações que o Brasil vinha passando desde o fim do período colonial e o desenvolvimento como nação e seu apogeu no período imperial após a independência. O autor oferece o tom de desenvolvimento que o Império buscava e indica como modelos de civilização eram procurados com base na França do Segundo Império. Em uma tentativa de ir mais adiante com o objeto dessa monografia, o capítulo de Lília M. Schwarcz, “As residências de D. Pedro”, inserido em sua obra *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*, faz um percurso sobre a cidade de Petrópolis no Segundo Reinado e descreve a idealização de vida para uma sociedade de corte, que flutuava em torno das edificações materiais e de construção de uma cultura de corte que Petrópolis representava. Desde a construção do Palácio Imperial de veraneio para D. Pedro II, até o incentivo às artes, teatro, e a própria cidade como fonte de reconhecimento para uma sociedade elitizada:

[...] Nos anos [18]60 já se contavam às dezenas as mansões de nobres cariocas, com seus baronetes, marqueses e viscondes que “na estação” escolhiam o local como sede para os encontros políticos e bailes sociais. A cidade torna-se uma espécie de vila europeia, e lá todos vivem como se estivessem “na civilização”. Durante o ano, saraus e a política maçante da corte do Rio de Janeiro; nas férias, os bons ventos temperados⁸.

Para tanto, os capítulos apresentados na presente monografia serão um exercício de configurar o ideário de Petrópolis no século XIX como cidade implicada no discurso da civilização para o imaginário social em que a dinâmica de funcionamento de uma cidade e os indivíduos que a habitam ou transitam por ela estarão carregados do desejo de compor uma ordem de superioridade e com os graus de civilização e progresso satisfatórios para o entendimento de uma época. Aponta-se também para os diferentes signos que a construção de uma cidade como Petrópolis carregava, política e socialmente, para o Império do Brasil e seus agentes mais evidentes, além dos grupos sociais em desafiadoras e constantes mutações.

⁷ SCHORSKE, 2011, p. 57.

⁸ SCHWARCZ, 2016, p. 239.

1. O ARQUITETO E O IMPERADOR

Em 16 de março de 1843, o Decreto Imperial 155 determinava:

Tendo aprovado o plano que me apresentou Paulo Barbosa da Silva, do Meu Conselho, Official Mór, e Mordomo da Minha Imperial Casa, de arrendar a Minha Fazenda denominada “Córrego Secco” ao Major de Engenheiros Koeler, pela quantia de um conto de réis anual, reservando um terreno suficiente para nelle se edificar um Palacio para Mim, com suas dependências e jardins, outro para uma povoação, que deverá ser aforado a particulares, e assim como cem braças dum e outro lado da estrada geral, que corta aquella Fazenda, o qual deverá também ser aforado a particulares, em datas ou prazos de cinco braças indivisíveis, pelo preço porque se convencionarem, nunca menos de mil réis por braça: Hei por bem authorisar o sobredito Mordomo a dar execução ao dito plano sob estas condições. E, outrossim o Authoriso a fazer demarcar um terreno para nelle se edificar uma igreja com a invocação de S. Pedro de Alcantara, a qual terá uma superfície equivalente a quarenta braças quadradas, no lugar que mais convier aos vizinhos e foreiros, do qual terreno lhes faço doação para este fim e para o cemitério da futura povoação. Ordeno portanto ao sobredito Mordomo que proceda aos ajustes e escripturas necessárias, n’estas conformidade, com as devidas cautelas e circunstancias de localidades, e outrossim que forneça a minhas espenças os vasos sagrados, e ornamentos para a sobredicta Igreja, logo que esteja em termos de n’ella se poder celebrar. – Paço da Boavista deseseis de março de 1843, vigésimo segundo da Independencia e do Imperio.⁹

Essa citação, realizada por Margarida Pedroso, indica o primeiro movimento no sentido de uma fundação de Petrópolis, bem como é considerado o documento de fundação da cidade - e colocou em prática a construção do palácio de veraneio do Imperador. Na primeira parte do Decreto, implicava-se a construção de uma estrutura arquitetônica específica: um “Palacio para Mim, com suas dependências e jardins”, deixando um outro terreno “para uma povoação”. Intentava-se, com isso, que a construção de uma nova edificação para o Imperador desse lugar a uma povoação, em torno do Palácio, para membros da sociedade imperial interessados em manter a proximidade com o monarca, mesmo que num lugar distante da Corte, no Rio de Janeiro. Essa movimentação propunha separar-se da realidade social do Rio de Janeiro, a partir de uma construção em uma região serrana, distante daquilo que a urbe proporcionava aos seus

⁹ TEIXEIRA FILHO apud PEDROSO, p. 50.

habitantes: uma cidade tornada real, tornada corte, a partir do esforço de um monarca ilustrado, D. Pedro II. Conforme indica Lilia Schwarcz,

[...] para coroar o acontecimento, o lugar foi batizado de Petrópolis, por Paulo Barbosa, inspirado, por sua vez, na russa Petrogrado: ‘Lembrei-me de Petersburgo, cidade de Pedro, recorri ao grego e achei a cidade com esse nome no arquipélago e sendo o imperador D. Pedro, julguei que lhe caberia bem o nome’. Talvez tivesse ocorrido ao mordomo, ainda, a distante ideia de José Bonifácio, que já em 1823 propusera a edificação de uma nova capital para o Império no interior do Brasil, a qual então deveria chamar-se Brasílea ou Petropole.¹⁰

O Palácio, considerado já no Decreto de 1843 como relevante para D. Pedro II, é também significativo para o que se propunha na Corte Imperial do Brasil no Primeiro Reinado como a necessidade de transformar o *lugar* onde a capital deveria estar. Essa mudança, conforme argumenta Schwarcz, estava em pauta, ainda que não como prioridade, juntamente com os debates sobre a viabilidade de o Rio de Janeiro comportar o título de Capital de um Império como o Brasileiro enquanto passava por transformações para alcançar o patamar civilizado que se propunha - discussão esta que já havia desde o Primeiro Reinado, conforme menciona Paulo Barbosa na argumentação de Schwarcz.

A proposta de uma civilização nos trópicos era encontrada tanto no esforço do Imperador D. Pedro II em coordenar a *ilustração* das instituições imperiais no Rio de Janeiro – a construção do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, em 1838, é um dos exemplos desse esforço – quanto na construção imagética do próprio D. Pedro II ficar na História como um monarca ilustrado nos trópicos. Neste sentido, coube a D. Pedro II decretar a construção de um palácio que pudesse, simultaneamente, evocar seu desejo por tornar uma região geográfica diferente do Rio de Janeiro - região serrana, tanto em termos topográficos quanto meteorológicos, em símbolo de seu reinado e intenções para a civilização do Império.

A Serra da Estrela, onde o Palácio foi erguido, era rota comercial das Minas e conhecida de D. Pedro I por ser próxima de seus repousos em viagens à região¹¹. Além disso, a região dos “Alpes fluminenses” simboliza, por outro lado, um distanciamento do Rio de Janeiro enquanto cidade com traços coloniais – portanto, longe do ideal de capital do Império, mas incorporava

¹⁰ SCHWARCZ, p. 232.

¹¹ “[...] construir um palácio na região ‘alpina fluminense’ [...]. O lugar era famoso por contar com algumas fazendas extensas e isoladas, como a do padre Correa, onde o primeiro imperador se hospedava de quando em quando”. SCHWARCZ, p.

contradições inerentes à sua própria fundação – e inauguraria um novo patamar no cenário da sociedade imperial: um imperador que passaria longevas temporadas em uma cidade construída a partir de sua aprovação, num espaço mais elevado – física e simbolicamente – do que o Rio de Janeiro, refletindo as ambições do monarca que, ainda jovem, sonhava com a grandeza de seu reinado e a concretização de uma civilização aos moldes das sociedades europeias em solo brasileiro.

1.1 Projetos de cidade civilizada

Um exemplo do planejamento desses projetos indica a clareza com que os projetistas de uma nova cidade, que deveria ser diferente daquela conhecida por seus fortes traços colonial e, naquele momento do Segundo Reinado, como capital do Império, pensavam Petrópolis como ideal de local para o desenvolvimento da imagem elitizada do espaço:

O local de instalação do palácio nas terras no Córrego Seco foi um ato de escolha, diferentemente das duas anteriores habitações de veraneio da família imperial, que haviam sido instaladas em construções previamente existentes. Foram elas, o Paço Imperial da Quinta de São Cristóvão e a Fazenda de Santa Cruz [...]. O palácio de verão no alto da serra foi a única edificação construída com o objetivo de ser uma residência de um monarca no Brasil.¹²

Essa afirmação é um indicativo de que a cidade já estava sendo planejada por alguns membros da Corte. Os homens responsáveis pelo projeto eram o Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva e o Arquiteto alemão responsável pelas plantas de Petrópolis, Julio Frederico Koeler. Aqueles homens, pensando no propósito de construir uma cidade para o Imperador, montavam um espaço que lembrasse a organização de uma cidade aos moldes europeus. Conforme Schwarcz: “Projetado e construído para abrigar a família imperial, o Palácio não podia fazer feio. Era a casa do imperador, sua representação mais clara, seu símbolo de demonstração de hierarquia”¹³.

Essa demonstração de hierarquia se desenrola no que o ideal petropolitano se desenhava através do trabalho de Koeler. O arquiteto punha à disposição do Imperador um projeto que refletia seu desejo por mudança no interior da ordem institucional já estabelecida - as mudanças

¹² PEDROSO, 2014, p. 57.

¹³ SCHWARCZ, p. 236.

se operariam do *interior* para o *exterior*, exatamente numa linha *transmutacional*, conforme indica o comunicado do Major Koeler ao Jornal do Commercio em 31 de janeiro de 1845, meses antes do início da construção do palácio, em julho daquele ano:

Uma das maiores necessidades que experimentarão os habitantes da corte e capital do Rio de Janeiro é a de poder aliviar-se do intenso calor que sofrem nos meses de verão. A Serra da Estrella, uma das mais elevadas da cordilheira, lhes oferece este refrigério, tanto pelo seu clima sumamente saudável e temperado, e suas águas abundantíssimas, como pela comodidade e rapidez com que é possível efetuar a mudança de uma atmosfera abrasadora para outra temperadíssima, com uma diferença de 25 graus do termômetro Farenheit.¹⁴

É possível observar que, tanto no anúncio da construção do Palácio assim como dos lotes para possíveis interessados, o apelo que se faz é o da mudança - não de uma transferência completa, mas o de uma passagem, exatamente como uma temporada, para aqueles que assim o pudessem fazer, num espaço diferente e com outros ares daqueles da Corte no Rio de Janeiro: os superlativos no anúncio - sumamente, abundatíssimas e temperadíssima - exercem o papel incumbido a Koeler de mostrar uma realidade que, embora não tão distante geograficamente do Rio de Janeiro, era diferente desde suas origens e topografia da capital - Petrópolis serviria de descanso e fuga para as colinas civilizadas àqueles aristocratas que buscassem se manter próximos do Imperador.

Na análise de Pedroso, também surge uma outra possibilidade de observação do traçado da planta da cidade por Koeler, sobre a topografia: “O traçado da povoação se irradia a partir do centro, onde situa-se o palácio, para a periferia, acompanhando o percurso dos três principais rios da cidade: o Piabanha, o Quitandinha e o Palatino (anteriormente denominado Córrego Seco)”¹⁵. Apesar de discreto, merece destaque o cuidado com a mudança na nomenclatura do rio Córrego Seco: a mudança para “Palatino”, nome de uma das colinas de Roma, indicava a tendência de evocar uma civilização com raízes greco-romanas em solo brasileiro - com a consolidação dos alicerces de Petrópolis, até sua natureza evocaria o cuidado com as tradições da civilização que se buscava, a todo instante, evocar - sugerindo amalgamar a tradição de uma cultura nacional originária, “Piabinha” (palavra de origem tupi) e uma estrangeira também originária, “Quitandinha” (termo relativo ao estabelecimento português homônimo).

¹⁴ KOELER apud PEDROSO, p. 65.

¹⁵ PEDROSO, p. 67.

Criada no momento de adaptação das cidades europeias ao crescimento urbano e o consequente aumento da poluição das Revoluções Industriais¹⁶, Petrópolis encarnava, nesse mesmo paralelo, a partir da formação do palácio e das sucessivas construções ao seu redor, o desejo de propulsar uma outra imagem do Império e da sociedade aristocrática no Brasil: refinamento e ordenação, beleza e compostura, em oposição àquilo que não mais se desejava projetar dos anos anteriores do Reino Unido a Portugal e Algarves; ao mesmo tempo, buscava-se equiparar, nesse mesmo sistema de ordenação hierárquica, às cidades que acompanhavam de perto o crescimento desordenado de suas circunscrições, como Londres e Paris, ao mesmo tempo em que o Brasil Império mantinha uma ideologia política herdeira de monarquias europeias¹⁷.

Como realizar a união entre um Império que se desejava visualizar como à altura de seus pares e aquelas potências do outro lado do Atlântico que convalesciam das crises de antigas hierarquias? A saída parecia ser a de unir o melhor dos mundos possíveis: trazendo a civilização europeia para um espaço tropical - *paradisiaco* nas descrições dos viajantes havia séculos, operava-se uma transformação, desta vez, à altura do desafio imposto por D. Pedro II à construção de um palácio que refletisse a hierarquia de seu reinado: uma nova transmutação, com a consolidação de uma *visão do paraíso*.

1.2 Transmigração

O Dia do Fico anunciava, outrossim, uma mudança de significação, brasileiros sendo, desde então, os que transmutados de força social em uma força política, e jogando com o próprio futuro, tinham também decidido ficar, não obstante as clivagens que os distinguiam, construídas a partir da fonte que deveria legitimar uma soberania - liberais e absolutistas; “aristocratas” e “democratas”¹⁸

A transmigração, como argumenta Mattos, ocorrera na mudança da corte portuguesa para o Rio de Janeiro, em 1808:

¹⁶ PEDROSO, p. 51.

¹⁷ Sobre essas mudanças, conferir OSTERHAMMEL, Jürgen. “Reds”, in *La transformación del mundo. Una historia global del siglo XIX*. Barcelona: Planeta, 2015; e CHARLE, Christophe. *A gênese da sociedade do espetáculo: teatro em Paris, Berlim, Londres e Viena*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

¹⁸ MATTOS, Ilmar Rohloff de. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”, p. 16.

[...] o termo transmigrar significava “fazer mudar de assento e domicílio”; significava também “passar a alma de um corpo a animar o outro” [...]. Com efeito, imprimir uma significação à transmigração era a condição, em primeiro lugar, para uma localização, pois é na capacidade de não esquecer certos eventos que um grupo cria e descobre seu lugar numa sociedade sua posição no meio das demais. Assim, a Transmigração- elo entre a Colônia e a Nação soberana - possibilitara tanto uma igualdade quanto uma diferença, ao conduzir a um Império que se distinguia pela Ordem e pela Civilização¹⁹

Significava tanto uma transferência na alma daquele reino para um lugar distante, quanto sua reconfiguração num território que, ainda que lhe pertencesse, não mostrava as condições anteriores de Portugal para a instalação da alma lusa na sua colônia mais rica. Com as mudanças nos costumes na nova corte portuguesa, a cidade do Rio de Janeiro se transforma rapidamente e se *traveste* com os novos ventos aristocráticos.

Esse efeito de *ilusão de ótica* perduraria na cidade, evidenciando o efeito temporário que as tentativas de amálgama entre colônia e corte possuíam: com a cisão ocorrida entre Brasil e Portugal, a partir de 1822, a cidade se tornara o epicentro da mudança lusitana para a brasileira: a arquitetura, marcada pelos estilos coloniais e palacetes em neoclássico, evidenciava ainda mais o caráter *trompe l'oeil* que a civilização no território, naquele momento nacional, ostentava para seus habitantes. Como uma cidade, que passara por tantos governantes e experimentado tantas mudanças drásticas nos últimos quinze anos, suportaria carregar o estandarte do recém-proclamado reino?

Durante todo o período de construção da sociedade imperial - 1822/1831 - o Rio de Janeiro aproximou-se, cada vez mais, do perfil de um microcosmo exemplar do que seria o Estado Imperial. Cresceu social e economicamente, mas como campo de experimentações políticas que aprofundaram a desintegração de sua potencialidade e a traduziram como um polo articulador da política imperial sem promover a sua identidade de espaço singular.²⁰

Ao longo dos anos seguintes, duas novas cisões seriam produzidas: a abdicação do primeiro monarca do Brasil, D. Pedro I, em 1831, seguida de um período de Regências em nome do imperador sucessor, o Príncipe D. Pedro de Alcântara, cuja Maioridade foi atingida em 1840 - três anos antes da assinatura do Decreto 155, determinando a construção do Palácio.

¹⁹ MATTOS, 1987, p. 286.

²⁰ RODRIGUES, p. 24.

Se a mudança de uma nova forma política no país estava encaminhada, era esperado que isso também afetasse a cidade da qual emanava o poder real. Alheia às mudanças, a capital política manteve-se no Rio durante todo o Império, com a diferença de, com o projeto de Petrópolis posteriormente, operava-se uma nova forma de atuar verticalmente - do soberano para seus súditos - e horizontalmente - entre os iguais nos respectivos grupos sociais, em especial, a aristocracia mantida pela hegemonia pedrina.

O termo *transmigração*, originalmente apontado por Mattos para descrever a transferência da alma da corte portuguesa para o Rio de Janeiro parece ser útil novamente para reforçar a ideia de que a cidade era reflexo do desejo de plasmar a ordenação civilizada europeia - ao menos no seu particular idealizado - num lugar outro, um projeto de cidade-jardim específico para o Imperador do Brasil: “Tiveram, os colonizadores, que construir uma cidade que tinha sua determinação na natureza, para depois construí-la, se possível, como cidade real e ordenada”²¹.

Conforme aponta Rodrigues, a proposta de construção de uma cidade ordenada existia nos primórdios do projeto para a cidade do Rio de Janeiro. Até à época em que o projeto de Petrópolis se concretizou, na primeira metade do século XIX, a capital já havia passado por reformas; com a decisão de D. Pedro II, haveria um espaço diferente, não para substituir a capital, mas para encaminhar o sentido que se pretendia para o Império: a manutenção de uma hierarquia política e religiosa tanto no Rio de Janeiro quanto na “cidade de Pedro”. Longe de ser uma substituição, aquele palácio nos “Alpes fluminenses” congregava o melhor que o projeto nacional poderia oferecer, sob a égide de um monarca voltado às questões intrínsecas do Reino.

1.3 O Poder Imperial

Desse modo, o projeto arquitetônico para Petrópolis era, no sentido ideológico da imagem imperial, uma retomada do desejo de estabelecer as bases de uma nova forma de habitar o Império: mudança de costumes, mudança para uma civilização que se mantinha numa topografia distinta da carioca e o contraste entre o Rio de Janeiro (a capital e centro político de um Reino em mudanças incessantes) e Petrópolis (cidade no topo de uma serra, que tornava a promessa de uma construção *do* Imperador *para* Si, reforçando o tom magnânimo de sua

²¹ RODRIGUES, p. 18.

personalidade). Além dessas posições, também destaca-se o rearranjo da sociedade de corte na projeção do espaço pelo imperador:

Tudo o que vinha das vastas possessões reais, de todas as partes do reino, tinha que passar pelo filtro da corte antes de chegar ao rei; e tudo o que vinha do rei tinha que passar pelo filtro da corte antes de chegar ao país. Mesmo o monarca mais absoluto só podia atuar sobre o seu país através da mediação dos indivíduos que viviam na corte. Assim, a corte e a vida na corte constituíam o local originário de toda a experiência, de toda a compreensão do homem e do mundo por parte do rei absolutista no Ancien Régime. Por isso, uma sociologia da corte é, ao mesmo tempo, uma sociologia da realeza.²²

Na observação da obra canônica de Norbert Elias, nota-se que, a despeito de sua análise se debruçar sobre o reinado de Luís XIV, qualquer leitura da corte é uma leitura da própria realeza. Desse modo, a construção de Petrópolis trazia o cuidado, também, por parte de D. Pedro II, de manter-se sempre próximo de membros da corte, mesmo que no planejamento de um palácio particular, para seu deleite apenas. O caráter magnânimo envolve tanto uma manutenção dos signos da realeza quanto do caráter prometeico de seu reinado, como apontado anteriormente - mesmo os críticos de sua empreitada petropolitana faziam a comparação, patente, àquela do Rei-Sol, conforme nos cita Schwarcz: “Que projeto sem pés nem cabeça! Só mesmo justificável no Brasil onde nada há mais apetecível do que tomar-se fresco! Aquele sol árido e montanhoso coisa alguma poderá oferecer, nem mesmo que ali se gaste o que Versailles custou a Luís XIV!”²³.

Mesmo com os símbolos reais, há um, seguindo a crítica do contemporâneo francês, que se destaca: a casa real:

De qualquer modo, como é facilmente compreensível, essa esfera de ação primária dos reis, a corte, não permanece intocada pela ampliação gradual e o crescimento incessante da esfera de dominação real. A necessidade que os reis tinham ao cabo de tal desenvolvimento de governar todo o imenso país a partir de suas casas ou através da corte onde residiam evidentemente transformava a própria corte, a “Maison du Roi”. O produto visível desse efeito de troca entre a grandeza do país e a grandeza da moradia

²² ELIAS, p. 32.

²³ SCHWARCZ, p. 255. Referência à crítica feita pelo diplomata francês Jules Itier ao projeto palaciano, em 1844, publicado no periódico “A Tribuna”.

real é o castelo, é a corte de Versailles, dentro da qual as ações mais pessoais do rei sempre tinham caráter cerimonial de ações de Estado, assim como fora dela cada ação do Estado ganhava o caráter de uma ação pessoal do rei.²⁴

Esse tom magnânimo do rei em sua casa, aparece no projeto assinado por Koeler e, mais ainda, possui lastro na política do Império do Brasil: segundo o artigo 94 da Constituição de 1824, o Monarca ocuparia o Poder Moderador, responsável por harmonizar os três poderes Legislativo, Judiciário e Executivo. O Poder Moderador emanava um tipo de realidade que se conjugava à proposta da cidade de Pedro: aqui, o poder moderador teria espaço suficiente para congrega a influência necessária à condução do império, arregimentando, também, as forças políticas diversas que habitavam o país naquele momento.

Fruto de influências diversas, o poder político no Império, inicialmente subordinado à herança deixada por D. Pedro I, depois acirradamente modificada nas Regências e, por fim, na esfera da maioria do jovem monarca contribuiu para ampliar, num espaço outro - que não a capital - o desejo de centralizar as decisões necessárias à continuidade política de uma Nação sob o regime da mesma dinastia. O momento de tensões em todo o continente americano marcava consideravelmente o cenário brasileiro, enquanto este destoava da tendência republicana (no plano da oficialidade ou do governo constituído) para permanecer num sentido mais firme na toada monárquica - esta, sob intensa pressão popular nas principais potências do globo ao longo do século XIX, a partir da Revolução Francesa. Nesse sentido, o plano de desvio da urbanidade civilizada passava por modificações e recebeu uma dose substancial com o planejamento de Petrópolis, um símbolo para o momento político e símbolo do porvir da dinastia pedrina.

Não é sem razão, portanto, que o uso da palavra “civilização” fosse tão ressoado nos bastidores do projeto petropolitano: passando pela transmutação, mantendo uma ligação com as tradições greco-latinas, até o uso fortalecido do patronímico do monarca para efetivar a mudança de ares, o termo passava de um lado a outro da ambição do palácio, pela visão de seu construtor e de seu futuro habitante imperial:

A palavra civilização suporta então dificilmente o desdobramento de suas implicações ou pressupostos: estes, quando não concordam, conduzem a emprego contraditório de um único e mesmo termo. A não-concordância entre o fato e o valor incita a reservar a palavra civilização para o fato e a buscar um outro termo para o valor (da mesma

²⁴ ELIAS, p. 32.

maneira que, no século anterior [XVIII], se tentara opor a polidez à insatisfatória civilidade) [...]. a civilização [...] serve para pôr em destaque a felicidade esperada da sociedade “harmoniosa”. O par lexical civilização-harmonia exterioriza e projeta alhures e no futuro as tensões internas difíceis de ordenar no interior apenas da noção de civilização.²⁵

A observação de Starobinski, ao tratar da civilização, presta atenção à harmonia que este termo deveria evocar, nos sentidos recuperados para a palavra no século XIX, no momento dos debates em que teóricos dos regimes políticos se envolviam, entre a república e a monarquia. Aqui, pensar a união civilização-harmonia é voltar à Constituição de 1824 e retomar as atribuições do Poder Moderador: não apenas este deveria se manter num plano de atuação política alinhado à sociedade de corte como também harmonizar as necessidades do Império sob autoridade magnânima. Entre os dois polos, a construção de Petrópolis assumia tanto o sentido civilizacional (para tornar um espaço civilizado à altura do Império) ou civilizado (mantendo em vista o ideal de progresso, sem o qual não há civilização) quanto o sentido harmônico (unir tradições que formavam o Império do Brasil - linguísticas, culturais, econômicas e geográficas).

Assim, indutivamente, o projeto levado adiante pelo Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa da Silva, e pelo Major Koeler, unia o que havia de possível para o progresso do Império do Brasil, assumido no desejo do monarca D. Pedro II, e a civilização que este também, herdeiro de um movimento de transmutação, manteve-se incumbido de conduzir em território nacional, a partir de sua influência como chefe do Poder Moderador. Dedutivamente, o projeto, levado às últimas consequências, levava em conta uma transmutação continuada, durante as obras e a instalação dos primeiros lotes, como movimentação de dentro para fora da ideologia imperial: longe de substituir o Rio de Janeiro como corte, especialmente devido à difícil logística que isso acarretaria, Petrópolis se manteria como símbolo do progresso para um Reinado que começava, já há pouco tempo, a dar sinais do desejo de criar um lastro digno de lembrança. Essa modificação mantinha, fisicamente, a Corte e as instituições monárquicas no Rio de Janeiro, e carregava uma extensão do signo do progresso da civilização (notadamente, com caráter europeizante) serra acima, sempre que o Imperador fosse se dirigir, nos anos seguintes, àquela cidade - planejada pelo Mordomo Barbosa da Silva e pelo Major Koeler, agentes físicos da transmutação europeia nos trópicos.

²⁵ STAROBINSKI, p. 46.

2. UMA CIDADE EUROPEIA NOS TRÓPICOS

A construção de S. Petersburgo é provavelmente o exemplo mais dramático, na história mundial, de modernização draconiana concebida e imposta. Pedro I iniciou em 1703, nos pântanos onde o rio Neva (“Lama”) despeja as águas do lago Ladoga no golfo da Finlândia, rumo ao mar Báltico [...]. A cidade deveria ser, como disse um viajante italiano, ‘*uma janela para a Europa*’: em termos físicos [...] mas, igualmente importante, em linguagem simbólica [...] Ele [Pedro I] estava dizendo [...] que a história da Rússia deveria ter um *novo princípio*, numa *ardósia limpa*. As inscrições nessa ardósia deveriam ser exclusivamente europeias: assim, a construção de Petersburgo foi planejada, projetada e organizada inteiramente por arquitetos e engenheiros estrangeiros, trazidos da Inglaterra, França, Holanda e Itália.²⁶

No trecho citado, Marshall Berman cita um viajante italiano que usa o seguinte termo para São Petersburgo: “uma janela para a Europa”. Se pensarmos na janela como uma moldura para o cenário europeu do século XVIII, é possível visualizar a nova cidade como devedora daquela mesma realidade que, mesmo distante geograficamente, buscava espelhar - ou emoldurar - aquilo que a Europa tinha de mais representativo: suas instituições políticas. A partir da nova cidade, era possível ver os traços característicos das civilizações ocidentais. Nesse mesmo trecho, destaca-se também o termo modernização, aliado a mudanças urbanas dos séculos XVIII e XIX, que evoca diferentes significados: de um lado, provoca a interpretação de um apagamento do passado e, de outro, união de um passado parcialmente desejável a um futuro constante e promissor.

Trazer a cidade de São Petersburgo pode servir como um guia para o que se passava na idealização do palácio pedrino nos alpes fluminenses. Assim como no projeto russo, aqui a natureza deveria ser domada (naquele caso, um pântano; aqui, uma serra de difícil acesso e matas fechadas) em nome de uma ideia de local que refletisse um parâmetro de regime político: se na cidade de Pedro russa, isso era levado em conta para construir uma “janela”, na cidade de Pedro fluminense não era diferente no ideal, apenas na execução e na escala em que foi feita. A cidade europeia nos trópicos, Petrópolis (europeia inclusive quando evoca os radicais que soassem ligados a uma latinidade europeia, *Petro* e *Pólis*) deveria ser aparelhada como um modelo de capital europeia, como não houvesse distanciamento físico - muito menos de

²⁶ BERMAN, p. 171, grifos nossos.

costumes - entre aquelas cidades a ser copiadas e estas, ansiosas por servirem de cópia (ainda que “espelho um pouco deformado”, nas palavras de Schwarz e Starling²⁷).

Outro aspecto relevante das considerações de Berman envolve o caráter da novidade: a promessa de uma nova cidade para uma nova Rússia deve ter servido como um dos elementos que inspirou o Mordomo da Casa Imperial do Brasil, Paulo Barbosa, a nomear a Petrópole, conforme nos registra Pedroso. A ideia de uma ardósia limpa sugere uma relação metafórica com o termo “tábula rasa”: nos dois casos, a noção de que é preciso mudar o espaço e criar algo inteiramente novo é constante tanto no relato de Petersburgo quanto de Petrópolis - para essa última, ainda mais importante a criação de algo inteiramente novo porque lá não havia sequer traço de urbanidade, como nos apontam os relatos da fazenda arrendada pelo Major Koeler. Essa ausência de urbanidade ou um espaço que ainda não foi arrematado pela civilização que se punha como imperativa ao novo Imperador reforça a novidade do espaço como desafio à conquista civilizada, da alma do Império que deveria transformar o interior em metrópole, seguindo a argumentação de Barra e Maria Odila Leite da Silva²⁸.

Aqui, criar algo inteiramente novo significa deixar para trás, ou esquecer, o passado colonial. No entanto, essa era uma proposta tanto ousada quanto impraticável do ponto de vista pragmático, visto que a influência colonial no Brasil colônia e depois nas décadas iniciais do Brasil Império se daria desde a arquitetura, que se mantinha parcialmente fiel aos tempos joaninos, passando pelos costumes, a cultura lusa presente através das gerações de migrantes que ficaram no Brasil, até as instituições do Império, como a escravidão e os rituais herdeiros da monarquia lusa. Apesar dos empecilhos, o projeto civilizatório ia a todo vapor, rumo à serra - para lá credenciar os ventos de mudança baseado na esperança de uma mudança de alma - a efetiva transmutação do Império do Brasil.

2.1 Figurações

Essa janela de que fala um viajante citado por Berman e o novo princípio que a cidade representaria para o reino de Pedro I da Rússia ressoa, em suas finalidades físicas e simbólicas, no processo de novas mutações no Rio de Janeiro desde o Período Joanino, como escreve Barra:

²⁷ 2015, p. 290.

²⁸ Cf. DIAS, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.

Durante o Império, principalmente durante o II Reinado, como explicou Ilmar R. de Mattos, a necessidade da centralização do poder e da integração do vasto território do Império do Brasil impunha a implementação de um projeto civilizacional, que devia propagar-se em círculos concêntricos a partir da Corte e atingir as províncias mais afastadas com uma dupla tarefa de manutenção da ordem e difusão da civilização. Dessa forma, durante o reinado de D. Pedro II, o Rio de Janeiro exerce fortemente a função de espaço de exemplaridade de uma nação civilizada.²⁹

Na análise de Barra, a visão sobre a cidade do Rio de Janeiro assume uma perspectiva dupla: unem-se as leituras de um espaço das elites e de um espaço das classes baixas para observar a dinâmica que ocorria entre ambas - a síntese da cidade a partir da transferência da Corte portuguesa. Nessa união de perspectivas, ressaltam as diferenças e as formas de sociabilidade entre os grupos que habitavam aquele espaço; dividido entre Colônia e Corte, posteriormente, Corte e Cidade, a opção pela manutenção da capital supria a necessidade simbólica de uma civilização que se pretendia arquitetar. Por outro lado, a construção de um palácio no espaço onde se tornaria Petrópolis em 1857 (com status de cidade) levanta o questionamento: se o Rio de Janeiro serviria de bastião de um futuro civilizado, por que durante o processo de construção do palácio e dos arredores havia um constante esforço, como apontado no capítulo anterior, de caracterizá-lo também como retrato do desejo de um Império à europeia?

Essa pergunta toma ainda mais fôlego se levarmos em conta os elementos locais e externos àquele espaço que contribuiriam para uma interpretação dupla: a de que Petrópolis, ainda que não fosse um espaço para as decisões políticas, como uma Capital, seria tanto local de distanciamento quanto reforço do projeto civilizatório. Como nos lembra Barra, a ideia de o Rio de Janeiro ser o espaço por excelência da transição da Colônia para a Corte parecia dizer que aquela cidade conhecia apenas essa realidade ou, ainda, fosse responsável por uma exemplaridade para o restante da Nação. O mesmo autor reforça o argumento de que não se deve tomar a parte pelo todo: naquele momento, no início do século XIX até sua metade, a questão territorial enfrentaria a ambiguidade do regional e nacional. Se o projeto civilizatório seria - como já vinha sendo no início do século XIX - idealizado como nacional, este sairia do papel sob formas regionais. O melhor exemplo dessa característica é o que Mattos nomeia de metáfora das duas portas da cidade colonial:

²⁹ BARRA, 2006, pp. 14-15.

Desprovida das muralhas que caracterizavam as cidades do mundo antigo e medieval, a cidade colonial possui “duas portas”: a que se abre para o exterior, para o Reino e, por extensão, para o Império colonial português; e a que se abre para o interior, para a região colonial, que ela gerou, ordena e polariza, e conseqüentemente para o sertão.³⁰

O movimento de preocupação com a transição entre um estado colonial e um estado monárquico - e aspirante a colonizar espaços e mentes - ganha, com a construção do palácio imperial e o nascimento de uma cidade, um espaço por excelência para o ensaio geral da transmigração: aquele espaço, pensado para abrigar o Imperador, também serviria, como apontado de forma explícita no Decreto de 1853, para trazer membros da corte interessados em se manter perto de Sua Majestade Imperial. A questão de como realmente operaria uma cidade aos moldes europeus nos trópicos ganha, aqui, mais uma nuance: se a cidade do Rio de Janeiro, Capital do Império e Corte estabelecida há vários anos e que passava por modificações constantes (basta lembrar das construções empreendidas na cidade e das instituições imperiais ou financiadas por D. Pedro II), por que os membros da aristocracia brasileira se transportariam para um lugar que sequer possuía um espaço urbano previamente estabelecido que concorresse com a vida que pulsava na Corte?

A pergunta pode parecer um tanto ingênua mas envolve um contingente logístico e ideológico substancial, capaz de mobilizar pessoas através de seus cotidianos diferentes - ainda que concomitantes pela vida cortesã: foi para responder também esse tipo de questões que Norbert Elias, durante a década de 1920 e 1930 se debruçou sobre o estudo da Sociedade de Corte europeia, parte integrante de seu pensamento sobre a história ocidental. Não se deve colocar, assim, que sua visão se aplique completa ou exclusivamente - já que o objeto de estudo do sociólogo alemão não era o Império do Brasil, muito menos Petrópolis; no entanto, sua análise do cotidiano da corte francesa, especialmente, serve de orientação para o que ocorria em terras imperiais brasileiras no segundo quartel do século XIX.

Em sua obra, Elias dedica seu olhar ao que se passava dentro e fora das instituições monárquicas. Nesse movimento bifocal, as construções ocuparam um lugar especial para o que o autor chamaria de “mecanismo régio”:

A hora da forte autoridade central na sociedade altamente diferenciada soa quando a ambivalência de interesses dos mais importantes grupos funcionais se torna tão grande,

³⁰ MATTOS apud BARRA, 2006, p. 58.

e o poder é tão uniformemente distribuído entre eles, que não pode haver nem uma solução conciliatória decisiva nem um conflito decisivo entre eles.³¹

O termo é utilizado em função do que poderia ser visto como o incentivo específico para que membros distintos na sociedade pudessem manter sua posição em torno do monarca absoluto. No que tange à questão petropolitana, cabem algumas observações sobre Elias. A primeira é que a autoridade central de uma monarquia é absoluta (termo que o sociólogo analisa com cuidado) quando consegue harmonizar tanto quanto provocar as ações específicas; nenhuma conciliação dura para sempre, nem os conflitos são finitos, mas é a autoridade real que os mantém unidos em seu segmento da sociedade, compartimentada entre aquele grupo que possui menos influência que eles e o ocupante máximo da hierarquia social.

Isso se aplica diretamente ao contexto de construção do palácio de D. Pedro II tanto pela visão que se tinha do jovem monarca - ilustrado - pelo que a chamada aos interessados na Serra da Estrela significava: congregar em torno de um só local, esporadicamente, os cortesãos que deveriam orbitar a aura do Imperador ilustrado. Como nos recorda Mattos:

Nas falas daqueles que se mostravam orgulhosos de uma posição, cada vez mais ocupavam lugar de destaque termos como *Civilização*, *Utilidade*, *Luzes*, *Associação*, *Razão* e *Progresso*, como se eles tivessem ganho importância em função primordialmente da trajetória que percorriam e que, sem dúvida, também traçavam, e não tivessem sido tomados de empréstimo às “nações industriais da Europa”.³²

A posição a que Mattos se refere é exatamente a mesma que proporcionou a Elias a formulação do “mecanismo régio”, que se mantém oportuno como chave analítica de uma sociedade de corte petropolitana, guardadas as proporções do momento histórico a que se faz referência aqui: a construção de uma identidade civilizada ao Brasil de Pedro, cristalizada na nova cidade que se ergueria - como Roma, cercada de colinas, a cidade de Pedro teria representada, em suas colinas, uma parte da aspirada herança greco-latina: como o exemplo da modificação dos nomes dos rios, para comportar outra nomenclatura, o rio Palatino.

³¹ ELIAS, p. 148.

³² MATTOS, 1987, p. 14.

2.2 As portas da cidade civilizada

Com efeito, se a relação colonial se tornava possível pela diferença essencial entre a Metrópole e Colônia, o ato de produção e reprodução desta relação acabava por mascarar não só o nexos colonial como também a violência que garantia e possibilitava a expropriação, de tal modo que não se tornava explícito na consciência daqueles que construíam um “Novo Mundo” - a Nova Lusitânia, o Novo México, Nova Granada ou Nova York - o caráter de exploração que ela encerrava em proveito de outro mundo - “Antigo”, dizem alguns.³³

Em terras imperiais brasileiras, os agentes dessa identidade civilizada estavam mais preocupados em acertar o que seria uma versão copiada da Europa do que reproduzir o âmago das sociedades europeias. Se os projetos de civilização do espaço americano se baseavam na noção de um Novo Mundo, este mundo deveria unir o melhor dos mundos possíveis: empregar artistas que representassem as belezas daqui à moda daquele Velho Mundo, inúmeros viajantes que falassem daqui em comparação àquele Velho Continente, naturalistas que exumassem a natureza tropical em comparação à temperada.

Tudo isso parece conformar uma nova percepção, já anunciada com os projetos arquitetônicos, de que a civilização que surgisse aqui seria ao mesmo tempo devedora e credora da civilização europeia. Enquanto a encenação da sociedade de corte imperial brasileira continuasse, mostraria a face do progresso a despeito das contradições que aqui (e lá) existiam: uma população rural gigantesca, capitais com diferenças gritantes entre as classes sociais e o próprio espaço imperial, cujo material ideológico de civilização emanava do Rio de Janeiro, como argumenta Barra, e contribuía para que uma cidade distante desse eixo civilizador surgisse, por oposição e paradoxalmente, como mantenedora da ordem e estandarte do progresso que seu habitante e construtor faria surgir.

Nesse sentido, o Poder Moderador consiste na segunda observação ao que propõe Elias com o “mecanismo régio”. Aquela análise sociológica propunha que a modificação do poder descentralizado para um centralizado a partir da consolidação dos Estados europeus contribuiu para a uma igual consolidação das hierarquias e modos de reprodução dos poderes que emanavam, posteriormente aos períodos de descentralização, da figura central.

No entanto, como garantir que essa sociedade se mantenha sob os padrões estabelecidos como normativos? A hierarquia se transporta para todos os setores da vida social, enquanto

³³ MATTOS, 1987, p. 19.

mantidos pela harmonização ou capacidade de razoabilidade do soberano: na Constituição de 1824, isso significava manter o controle dos Poderes através da flexibilização e distensão de crises que pudessem surgir dos pactos que a sociedade imperial havia feito no seu interior.

Desse modo, a hierarquização mais evidente que se poderia produzir, como demonstrada na obra de Elias, é a construção de monumentos à hierarquia - formas arquitetônicas que refletissem o *jogo de semelhanças e diferenças*, nas palavras de Mattos, entre os grupos sociais. Escreve Barra:

A cidade do Rio de Janeiro abria a porta voltada para o interior da colônia para que por ela passassem os comportamentos, valores, símbolos e signos identificadores e propiciadores da civilização que chegavam à colônia pela porta que se abria para o exterior, exercendo aquele efeito centrípeto de Civilização a que se refere Oliveira Lima e ao qual me referi no capítulo anterior. Mas, esses comportamentos, valores, símbolos e signos não apenas passavam pelo Rio de Janeiro em direção às diversas regiões da América portuguesa, mas se expressavam nesse espaço mesmo. Enquanto Corte e capital do Império, seu espaço urbano devia refletir o projeto civilizatório de matriz européia posto em prática por D. João, servindo de espaço de exemplaridade para as outras partes do Império Português.³⁴

Assim, o que ocorria na cidade do Rio de Janeiro no momento da chegada da família real e em décadas seguintes, com as transformações culturais da Colônia em Reino e, posteriormente, Império, era a ampliação da metáfora de Mattos das duas portas da cidade colonial: enquanto uma se abrisse para o exterior, recebendo o que de lá vinha (culturas materiais, mas também imateriais), havia outra que se abria para o interior do território. Na sociedade imperial brasileira, aquele jogo de semelhanças e diferenças se traduzia no esforço de manter o movimento das duas portas da cidade colonial em outra instância (uma que não fosse *devedora* do éthos colonial, mas *credora* de seu passado). Sua dívida com a colônia deveria ser apenas com o que serviria para legitimar uma busca pela ancestralidade civilizada, não mais, não menos; a rejeição aos símbolos que resgatassem um passado colonial eram rapidamente transformados em propagadores do ideal de Nação *ilustrada* - lembremos que esse é o vocabulário corrente naquele momento - e em credores da exemplaridade para as outras regiões do Império: a interiorização seguiria o modelo da porta que se abriria para o exterior,

³⁴ BARRA, 2006, pp. 58-59.

mantendo o foco na modificação da alma do Império, mas não de suas estruturas sociais (pelo contrário, a contradição é inerente a essa proposta ambígua de transmutação).

2.3 A cidade de Pedro

Mas afinal o que é essa cidade europeia nos trópicos? Se os trópicos, esse espaço de sociabilidade que não está no eixo europeu diretamente, um espaço que não é civilizado, selvagem, inculto, bárbaro, cabe ao imperador civilizá-lo. Como aponta Starobinski, o problema da palavra civilização é a multiplicidade como esse termo conseguiu ser visto e reutilizado ao longo de séculos de apropriações:

Mas não era apenas a escravidão que ofuscava os projetos civilizatórios do Império. O peso da população rural era enorme quando contrastado com a urbana [...]. Percebe-se, portanto, ao mesmo tempo, a importância da corte como centro irradiador, mas também seu caráter de exceção. A moda era para poucos. A escravidão e o abandono do habitante do Brasil profundo eram e seriam, até o final do reinado de D. Pedro II, as grandes contradições de seu Império, que se pretendia civilizado: uma quase Europa.³⁵

Assim, Petrópolis se manteria como espaço da ambiguidade: de um lado, um lugar que não serviria de Corte permanente nem Capital, mas que comportaria seu símbolo máximo sempre que o soberano estivesse no Palácio e despachasse seus ofícios; por outro lado, era o projeto mais acabado da civilização pretendida, do “espelho” (como Schwarcz sugere, por outras maneiras) da Europa. Seu lugar na modificação do espírito da Nação seria o de manter uma conexão física, geográfica com o espaço europeu (as colinas, os nomes escolhidos, a forma de sociabilidade cortesã, os imigrantes alemães) e simbólica (o palácio, a presença constante do monarca, o espaço bucólico) com a Civilização europeia:

Assim, por meio do financiamento direto, do incentivo ou do auxílio a poetas, músicos, pintores e cientistas, iniciava-se um processo que implicava não só o fortalecimento da monarquia e do Estado como a própria unificação nacional, que seria obrigatoriamente uma unificação cultural. Era dessa maneira que o monarca lançava as bases para uma atuação que lhe daria fama de mecenas: do sábio imperador dos trópicos. Seguindo o exemplo de Luís XIV, D. Pedro não apenas formava a sua corte como elegia

³⁵ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 279.

historiadores para cuidar da memória, pintores para enaltecer a nacionalidade, literatos para criar um tipo nacional.³⁶

A cidade de Pedro, a exemplo de Petrogrado, base da inspiração do Mordomo da Casa Imperial, Paulo Barbosa, serviria para o que o Rio de Janeiro, com as constantes modificações em seu tecido urbano, não poderia operar: a transmutação da cultura europeia, clivada ao espírito brasileiro. Mesmo com todos os esforços, o Rio de Janeiro só poderia alcançar, até certo ponto, o objetivo de prisma o Império brasileiro como centro político, econômico e cultural. O esforço continuaria a ser operado, a toda e qualquer oportunidade, nas décadas seguintes, para que a reforma fosse completa - com sucesso gigantesco nessa proposta, a cidade do Rio de Janeiro conheceu uma onda de incursões culturais especialmente montadas pelo Imperador - algumas delas, o IHGB, a Academia Brasileira de Letras, a Imperial Academia de Música e a Ópera Nacional. O lugar reservado a Petrópolis seria o de mostrar, simultaneamente, a potência do Império brasileiro em seu amplo esforço de mimetizar a civilização europeia e a novidade de um Novo espaço - o Novo Mundo uniria o que haveria de melhor deste ao daquele lado do Atlântico: uma janela para o Brasil e para a Europa.

Conforme aponta Argan³⁷, “a presença de obras de arte é sempre caracterizadora de um contexto cuja historicidade manifesta”. Assim, o monumento à civilização que se pretendia levantar a 65 quilômetros do Rio de Janeiro serviria para renovar os dois lados da moeda colonial: por um lado, a arte que se manifestaria no palácio seria para exercitar uma lembrança do que o passado glorioso das raízes do Império - europeias, ilustradas, assumindo tons de diferentes matizes arquitetônicas - em que predominava o neoclássico. Por outro lado, a ambientação tropical consistia num desafio à clivagem civilizatória: funcionaria (como aponta Pedroso) a partir da manutenção, ao máximo possível, da natureza que havia na Serra da Estrela, executado no Plano Koeler.

Essa manutenção seria apenas como o polimento que o processo civilizador impunha aos ambientes: o cuidado com o espaço natural é extensão do cuidado que há no jardim, como espaços de reflexo da influência que a Ilustração exerce sobre tudo que atinge. Nesse sentido, Pedroso comenta a aproximação do conceito de cidade jardim baseado nos trabalhos de Ebenezer Howard:

³⁶ SCHWARCZ; STARLING, 2015, p. 285.

³⁷ ARGAN, 1993, p. 87.

Diferentemente da noção de cidade-jardim de Howard, baseada em uma utopia e definida por características que se distanciam da cidade Imperial, a cidade serrana tem como principal referência o poder imperial como uma extensão do Rio de Janeiro. Petrópolis seria, então, uma cidade jardim em sua forma, mas não em seu conteúdo, que é dotado de poder – diferentemente do mencionado conteúdo utópico da cidade-jardim de Howard [...]. A povoação foi criada com uma monumentalidade integrada à natureza, cujo esplendor se manifesta na forma. Do campo há o clima ameno da serra, onde se poderia fugir do calor e das febres da capital; da cidade, há a garantia de benefícios gerados pela presença do Imperador, uma extensão da capitalidade do Rio de Janeiro³⁸.

Por fim, a ideia de uma cidade serrana que mantivesse o ideal de civilização se mantém se o argumento seguido for o de que aquele espaço era uma “extensão da capitalidade”, em outras palavras, um monumento à civilização que se executava - ou buscava-se constantemente executar - na Capital e nas reformas pelas quais esta cidade passava.

A construção de Petrópolis, seguiria, portanto, os ideais dos agentes da transmutação porque estes se mantinham ocupados em fazer erigir um espaço que refletisse o Imperador e todas as suas aspirações: se enquanto Pedroso destaca uma frase do arquiteto Luís Antonio de Souza - “Petrópolis é obra de determinação imperial, idealização científica e construção europeia”³⁹ - e Schwarcz levanta a frase atribuída ao próprio d. Pedro II, “a ciência sou eu”, em referência ao seu mecenato, ambas caminham na direção de demonstrar um monarca preocupado em atingir um grau de refinamento, mesmo que precoce, para sua vida íntima e pública - e Petrópolis, a sua cidade, manteria a olho nu seu desejo de transformar o país que governava numa Nação ilustrada, das edificações aos cortesão, corpos e mentes sob seu Poder Moderador.

³⁸ PEDROSO, pp. 87-88.

³⁹ PEDROSO, p. 87.

3. RIO DE JANEIRO E PETRÓPOLIS: SEMELHANÇAS E ANTÍTESES

Até aqui, os capítulos foram concentrados em mostrar as nuances de civilização entre as localidades da renovação da “alma” do Império do Brasil: o Rio de Janeiro, que passaria por reformas sucessivas, manteria o status de capital, enquanto Petrópolis assumiria a postura de manutenção renovadora - relicário de instituições e anunciadora do projeto imperial. Com isso, a cidade que se erguia na região da Serra da Estrela era *projeto* ao mesmo tempo que *projeção*: se o cuidado com a manutenção do meio ambiente estava apontado tanto no projeto do arquiteto Luís Antonio de Souza quanto na execução do Major Koeler, a noção de que um novo espaço era erguido por ordem do Imperador como “extensão da capitalidade”, nas palavras de Pedroso, é preciso levar em conta também que a expressão da modernidade se dava na via arquitetônica ou urbana e na via demográfica.

A via arquitetônica, como apontaram os capítulos anteriores, serviu de manutenção do status quo do Império, gestando o que deveria ser fruto do Velho Mundo e o Novo Mundo - a cidade de Pedro seria o melhor produto dessa união, uma transmutação pragmática. Mas para que essa transmutação fosse completa, era necessário acessar a contradição do Império pela via demográfica. Como aponta Schwarcz (ver citação no capítulo 2), havia um contingente populacional no Brasil que habitava o campo muito mais do que as cidades. Maior ainda era o número de escravizados no Brasil - a contradição da modernidade civilizada no Brasil. Os agentes da construção de Petrópolis estavam bem conscientes dessa realidade e uma das primeiras providências foi buscar mão de obra livre para a futura região petropolitana. Conforme relata Paulo Barbosa, o Mordomo da Casa Imperial, sobre Aureliano Coutinho, o Visconde de Sepetiba, citado por Pedroso:

[...] sinceramente quis fazer as obras públicas com *braços livres*, e *acabar com os abusos de admitir escravos*. Não havendo no país *gente suficiente*, contratou com Delrue, em Dunquerque, trazer-lhe cem ou duzentos homens alemães, habilitados a fazerem estradas, com os quais pretendia fazer a Serra da Estrela e outras estradas nesta província.⁴⁰

Há duas observações que precisamos fazer aqui. De início, Schwarcz aponta como havia um desequilíbrio entre a demografia urbana e rural no Brasil. Em 1859, dezesseis anos após o decreto de fundação de Petrópolis, quando o Visconde de Sepetiba, Presidente da Província do

⁴⁰ SODRÉ apud PEDROSO, pp. 98-99, grifos nossos.

Rio de Janeiro, escreve suas preocupações, o Império do Brasil contava, com margem de erro, com 6.725.000 pessoas⁴¹. Esse número, como aponta Diego Bissigo⁴², continha também, com grandes margens de erro e omissões frequentes, os africanos trazidos à força para o Império do Brasil - cabe notar também que desde 1831, com a Lei Feijó, estava proibida a importação de africanos e declarava livre todos os escravizados que para cá haviam sido trazidos⁴³.

Portanto, estava longe de faltar “gente suficiente” para a empreitada petropolitana, mas há uma segunda questão envolvida nesse trecho: em 1845, o Reino Unido, através do seu Parlamento, promulgou o *Slave Trade Suppression Act*, mais conhecido como *Bill Aberdeen*, que foi responsável por grandes rusgas diplomáticas entre as duas nações por alguns anos. Longe de afirmar que o Bill Aberdeen foi responsável direto pela separação entre população livre e escravizada na construção de Petrópolis, crucial levar em consideração que as circunstâncias para que os construtores braçais das estradas e arredores do Palácio de Verão do Imperador fossem colocados naquela localidade estão ligadas à proposta de modernidade civilizada que a via arquitetônica ou urbana nos espaços tropicais intentavam. Por outro lado, segundo Sá:

[...] em vez de surtir o desejado efeito, o Bill Aberdeen elevou consideravelmente a importação de africanos para o Brasil. Segundo as estatísticas, de 1842 a 1845, nos anos anteriores à execução da lei, a média de africanos que chegou ao Brasil foi de 20.825 por ano. De 1846 a 1849, os quatro anos da execução do Bill inglês, a média subiu a 55.124; a máxima em 1848, com a importação de 60 mil africanos, e a mínima em 1846, com 50.324.⁴⁴

Especialmente no que tange à transmigração desejada do Império, essa operação seria fomentada com a mudança da própria face dos habitantes daquela região, com a chegada de imigrantes germânicos a partir de 1845.⁴⁵

Como extensão da capitalidade do Rio de Janeiro, a mudança seria do interior para o exterior, exatamente como numa mutação: o que serviria de moderno ao Império seria um Palácio que refletisse os ideais desse monarca ilustrado, assegurado pela presença de habitantes

⁴¹ A relação dos censos está arrolada no portal do IBGE: <<https://memoria.ibge.gov.br/sinteses-historicas/historicos-dos-censos/dados-historicos-dos-censos-demograficos.html>>.

⁴² Cf. BISSIGO, D. N. “O lugar dos africanos na estatística brasileira no século XIX”. *Afro-Ásia*, 56, 2017, 41-81.

⁴³ BRASIL. *Lei de 7 de novembro de 1831*. Disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-37659-7-novembro-1831-564776-publicacaooriginal-88704-pl.html>.

⁴⁴ SÁ, p. 215.

⁴⁵ PEDROSO, p. 99.

do Antigo Mundo, que iriam operar uma construção no Novo Mundo, um espaço tropical regido pela ilustração - aberto às mudanças de sentido que essa nova civilização poderia trazer. Se a quantidade notável de escravizados, trazidos sob circunstâncias distantes da legislação vigente da época, como a Lei Feijó, era visível e, simultaneamente, irrelevante para constituir “gente suficiente” para a empreitada petropolitana, também é justo apontar que o canal de substituição dos escravizados também seria pelo exterior, pela porta que se abria para fora, recebendo de braços abertos imigrantes germânicos, cuja motivação para se mudarem para o outro lado do Atlântico, ainda é incerta⁴⁶.

O que se evidenciava, durante a construção e posteriormente, com a ocupação daquele espaço era que Petrópolis serviria exclusivamente para a burguesia enobrecida e a corte que viria do Rio de Janeiro. A manutenção das diferenças se daria inclusive no plano dos trabalhos realizados: como demonstra Pedroso, se os trabalhos de organização e montagem de estradas, reparação de vias, a construção da Avenida do Imperador, entre outros, seriam ou deveriam ser realizados por imigrantes alemães, como determinou o Major Koeler⁴⁷, como relatou Paulo Barbosa e como corroborou Aureliano Coutinho, Presidente da Província era fazer uma ligação direta entre o trabalho livre e a noção de modernidade que, como afirma Pedroso, Petrópolis poderia ser o embrião entre o capitalismo, desenvolvimento nacional rumo ao progresso, ambição da Revolução Industrial - sem afetar a tese imperial, de uma cidade criada pelo monarca com todos os símbolos que regiam a Corte⁴⁸.

O que se demonstrava, com a separação entre os escravizados e os trabalhadores imigrantes era o critério da exclusão: desde a fundação da cidade, a tentativa de excluir até mesmo da construção aqueles escravizados era a máxima demonstração de que o novo espaço era controlado e organizado pelo Poder Imperial. Junto à tentativa de exclusão, consolidava-se uma combinação de fatores que levariam, segundo esses agentes da construção, ao desenvolvimento na direção do progresso: a chegada de trabalhadores germânicos, aliada à produção têxtil⁴⁹.

Por motivos de separação, a civilização que se construía ou pretendia reformar nos trópicos não aceitaria os elementos que, anos depois, também estariam no epicentro da reforma

⁴⁶ PEDROSO, p. 103.

⁴⁷ “Petrópolis ensaiava seus primeiros passos nesta direção [da produção capitalista], e tentava criar novas condições desenvolvimento, ainda que o país estivesse amplamente vinculado a uma sociedade e economia de bases escravocrata” (PEDROSO, p. 124).

⁴⁸ “O palácio de verão no alto da serra foi a única edificação construída com o objetivo de ser a residência de um monarca no Brasil” (PEDROSO, p. 57).

⁴⁹ “Sem estar atrelada economicamente às áreas rurais, Petrópolis inicia por si um processo de implantação e desenvolvimento de suas indústrias, inaugurando algumas das primeiras fábricas têxteis brasileiras, e incentivando uma mão-de-obra assalariada iniciante no país” (PEDROSO, p. 124).

do Rio de Janeiro sob Pereira Passos décadas depois. As “classes perigosas”, como o vocabulário do início do século XX indicava, eram balizadas pelos indivíduos a quem a cidadania e a dignidade não foram reconhecidas desde então, corroborando com o que Margarida Neves nomeia de efeito *trompe l’oeil*. Esse efeito, como um verniz sobre a cidade que se mantinha na vanguarda das transições políticas, era atualizada desde o fim do século XIX com a noção de ilusão de ótica - uma ilusão que se operaria na sua arquitetura: exemplo de novos ventos, a reforma Passos utilizaria o vocabulário do progresso e do cenário da civilização para incidir uma nova cidade (ao menos em sua aparência) - “*como se fosse obtida por uma mutação de teatro [...] a Capital da República, reformada da noite para o dia, fizera-se uma cidade em trompe l’oeil.*”⁵⁰

Na Petrópolis do século XIX, esse efeito seria diretamente utilizado no discurso sobre a cidade e qual tipo de urbanização se deveria construir - uma que evocasse o passado colonial, ou outra, que supostamente projetaria o Brasil para fora de sua própria condição tropical.

Conforme afirma Pedroso, “cabe aqui lembrar que a colônia de Petrópolis foi institucionalizada de uma maneira *sui generis* e diferenciada em relação às demais colônias do Império”⁵¹. A noção de colônia, mesmo que *sui generis*, resgata um dos sentidos originais do termo, de ocupação do território e planejamento de suas polissemias. Com a chegada dos imigrantes alemães, mais uma parte do quebra-cabeça da civilização imperial brasileira surgia: unia-se às instituições monárquicas herdeiras das Coroas europeias, ao rei ilustrado, à Corte e às famílias. Assim, o monumento de Petrópolis estava um passo adiante no objetivo de demonstrar sua finalidade: ressaltar o projeto civilizatório através da projeção europeia - exatamente como um efeito de ilusão de ótica, ainda que com efeitos de refração muito evidentes.

3.1 Jornal das Famílias

Até agora, a via demográfica de comparação com o Rio de Janeiro indicou que a diferenciação arbitrária da população escravizada contraposta à chegada de colonos germânicos contava com os objetivos de suavizar o regime escravista para os revirados olhos estrangeiros e permitir uma transição social e econômica à altura do desafio da civilização. O lugar ideal para realizar um ensaio geral como esse era a cidade planejada - no entanto, a comparação nesta via também se dá pela análise dos olhos estrangeiros.

⁵⁰ NEVES, 2003, p. 280.

⁵¹ PEDROSO, p. 107.

Durante o século XIX, o Império do Brasil deu boas-vindas a diversos viajantes que passavam temporadas a convite do monarca ou de moradores abastados da capital: de naturalistas a tutores, esses observadores externos deixaram, por vezes com o objetivo (sucedido, na maior parte) de publicação dos seus escritos - vários deles tecem, em suas visitas, observações extensas sobre Petrópolis e o Rio de Janeiro. Dois autores de tais escritos foram Stephen, publicado em 1864 no periódico *Jornal das Famílias*, e Carl von Koseritz, cujas crônicas remetem a 1883. Esses escritos observaram as diferenças, das mais evidentes às mais discretas, entre a capital e a sua extensão, Petrópolis. A mais clara era a oposição entre campo e cidade (que pende mais para a via arquitetônica de comparação), a oposição da limpeza e organização nos espaços públicos da capital e da cidade serrana e os habitantes das cidades. Cresciam as diferenças tanto nos espaços públicos quanto nos privados, segundo os cronistas:

Desenhava-se a representação de uma sociedade rural francesa que aparecia como um *paradigma de civilidade para a sociedade tropical e escravagista dos campos do Império*. Impresso em Paris, e publicado pelo editor francês Garnier, estabelecido no Rio e sócio da editora parisiense de mesmo nome, o *Jornal das Famílias*, cheio de gravuras coloridas francesas e, frequentemente, de contos de contos de Machado de Assis, *combinava os costumes franceses com a cultura local*.⁵²

Desse modo, a união dos costumes franceses com a cultura local, do Rio de Janeiro, apontaria para a publicação *Jornal das Famílias* (JF) como um exemplo do lastro que a francofilia era, por extensão, reforçadora do duplo devedor e credor do Brasil com a Europa, que abordamos no capítulo anterior. Torna-se relevante observar a crônica de Stephen como exemplo do que se passava na Petrópolis já construída, em 1864. Em uma edição daquele ano do JF intitulado “Viagens/Petropolis”, Stephen relata entusiasmado:

A mão da indústria, a força potente da civilização, e mais do que tudo o auxílio e a magnanima generosidade de um monarca animador do progresso e acoroçador do trabalho, derão a este nucleo colonial um impulso de vida, uma actividade de circulação, de prosperidade e engrandecimento que admira e pasma.

Através de sua narrativa, Stephen relatava sua viagem a Petrópolis de forma tão minuciosa quanto fosse possível, seguindo à risca manuais para viajantes famosos, que ele

⁵² ALENCASTRO, pp. 43-44, grifos nossos.

mesmo cita em seu texto: “Itinerario de Paris a Jerusalem, de Chateaubriand, Viagem ao Oriente, de Lamartine, da Correspondencia de Michaud e das brilhantes páginas de Xavier le Maistre inspiradas em roda de seu quarto”. Em tom amigável e um pouco jocoso, o autor do relato permite entrever outro detalhe:

[...] Perdoem-me pois, se [...] me aventuro a [...] relatar-vos n’estas paginas descoradas algumas das *scenas naturaes e dos costumes semi-europêos* que dão a Petropolis uma physionomia tão diversa da do Rio de Janeiro, e talvez mesmo de todas as povoações do Brasil.⁵³

Após citar suas inspirações, o autor relata também sua motivação para a escrita. Entre as opções que apresenta ao leitor do que encontrar no seu texto, ele relata as “*scenas naturaes*” e os “*costumes semi-europêos*” de Petrópolis. Essa é uma separação que se opera a despeito do esforço de civilizar o Império: se a transmutação deveria se operar com a mudança de costumes e da população, como seria possível que o máximo enxergado pelo viajante fosse semi-europeu?

A resposta parece residir exatamente na visão externa das novas ciências europeias sobre outros povos: na segunda metade do século XIX, ou durante o Segundo Império de Napoleão III da França e inspirava o magnânimo monarca D. Pedro II, surgia a necessidade de classificar ainda mais as populações do mundo. As ciências chamadas positivas percebiam o ser humano como naturalmente dotado de diferenças - e essas diferenças ainda seriam aplicadas em territórios colonizados de forma contínua. Aquele Novo Mundo, nomeado no século XVI, sugerido no imaginário social da época como o paraíso na Terra, não o poderia mais ser, porque era habitado por seres inferiores, no vocabulário colonial.

Assim, na visão do estrangeiro, qualquer tentativa de espelhar a civilização europeia seria fadada ao semi, porque sua condição básica impedia o reconhecimento da transmutação: os habitantes do Novo Mundo deveriam estar constantemente abaixo do que os padrões de civilidade impostos pelos ourives da civilização. Pechman já anuncia que:

A linguagem guarda resquícios dessa operação discursiva estabelecendo parênteses entre cidade e civilização. Assim o termo “*civita*” (cidade) se abre para “*civis*” (cidadão), “*civilis*” (civil), “*civilitas*” (civildade), “*civilisé*” (civilizado) e finalmente para “*civilization*”. Cidadão, civil, civildade e civilização amarram-se, pois, fortemente

⁵³ STEPHEN. “Viagens/Petropolis”. *Jornal das Famílias* (RJ), 1864. Edição 00011 (5). Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/docreader.aspx?bib=339776&pesq=>>>.

à cidade, indicando que é pela cidade que se civiliza. Isso pela via latina. Pela via grega o termo pólis, para nominar cidade, derrama-se em política, que é arte da negociação, do convívio; em polícia, que diz dos costumes, hábitos e comportamentos, para os quais se clama vigilância, e politesse que é o espírito da sociabilidade, da urbanidade, do decoro e da polidez. Pólis, política, polícia, politesse, etapas incontornáveis na constituição do processo civilizatório.⁵⁴

A cidade e a civilização são, naquele momento do século XIX, indissociáveis - a construção de uma cidade deveria manter os padrões de civilidade, para que sua existência fosse reconhecida como parte de um esforço maior; esse esforço maior foi implantado em Petrópolis. A diferença que se estabelece no relato é baseada no vocabulário da natureza e dos costumes. As “scenas naturaes” seriam possivelmente relativas ao que se operava ao redor do viajante: a sociabilidade dos habitantes de Petrópolis, que Stephen descreve com vagar - mantendo ainda, uma farta admiração pelos esforços de construção daquele espaço:

Em dez annos levantou-se uma cidade! Cidade que junta á amenidade do clima grandes commodidades para a residencia tanto de naturaes como de estranhos, algumas das quaes não se podem encontrar com tanta facilidade na côrte: agua deliciosa, frescura das manhãs e das noites, passeios magníficos e de uma variedade sorprendedora, escolas, os melhores estabelecimentos de educação e ensino do imperio, bellos hoteis allemães, cerveja nacional, moças bonitas e abundância de flôres e, além de tudo isso, manteiga fresca!⁵⁵

O que surpreende ao viajante, e ele aponta como característica única no Reino, é a união entre a natureza local e as instituições políticas e sociais da Europa. Considerar como uma unidade o continente europeu que, durante todo o século XIX, viveria processos de unificação nacional e disputas territoriais, é assumir, antes de tudo, que há um *éthos* que permeia todos os habitantes daquele espaço - não importando a consciência ou não dessa opção, isso seria repassado de maneira automática aos que nascessem de famílias europeias.

A observação que ele faz das instituições de ensino não parece gratuita: as escolas, estabelecidas na França pós-revolucionária de 1789 como obrigatórias para todos os cidadãos, eram exemplo do poder centralizado do primeiro Napoleão como daquele Napoleão III que reinava na França desde 1852. Além de mostrar a influência da Majestade de Pedro II, cujo

⁵⁴ PECHMAN, 2015, p. 02.

⁵⁵ “Viagens/Petropolis”, in: *Jornal das Familias*, 1864.

Poder Moderador influenciava a instalação e manutenção do ensino regular de excelência na sua cidade, a Cidade de Pedro, mostrava também o acompanhamento das tendências das potências do globo, onde se discutiam políticas educacionais partidas e mantidas pelos Estados nacionais. O viajante aponta ainda para as “moças bonitas” e estenderá seu comentário à frente:

É um menino e uma menina. Ella está reclinada como o botão de rosa sobre a folhagem; elle de pé, como a imagem da força e a aspiração da heroicidade! As decantadas filhas de lady Londonderry, não tinham, sob uma cutis mais fina, um azul mais transparente nas veias. São duas cabeças de anjo, dous sonhos de Raphael!⁵⁶

A descrição continua com referências à ascendência germânica: “tudo nos indica [...] no desembaraço de seus movimentos, na resolução firme de seu olhar, que serão dous artistas laboriosos, dous filhos do povo, martyres ou triumphadores do trabalho.”⁵⁷ Além da observação fenotípica, ele também vê a civilização, amparada pelo trabalho, como recompensadora dos esforços daquelas duas crianças. A comparação pode soar exagerada, mas não é para o viajante: por mais de uma vez, a união de máquinas e o progresso só poderia indicar a clareza como a civilização, avançando a todo vapor pela serra, só era possível porque o trabalho duro de dobrar a natureza foi realizado pelos valentes imigrantes alemães - sem referência aos escravizados - que traziam sua influência do berço europeu para as terras aspirantes brasileiras.

Essa divisão é possível porque sua ascendência os faz modificar seu entorno: como um enxerto no jardim do Império do Brasil, esperava-se, na construção de Petrópolis e nas reformas do Rio de Janeiro, apoiar a lógica do progresso para mudar o interior do seu povo - a transferência migratória propunha dosar, em um espaço seguro para ensaios, a modificação civilizatória efetiva e ordenar o jardim imaginado pelos agentes da transmutação: espaço para tentativas e sólido monumento do esforço de civilidade nos trópicos, Petrópolis surpreendia os viajantes e os leitores dos relatos com a operação que lá se realizava.

3.2 As duas cidades sob o olhar de viajantes

A avenida é o símbolo mais importante e o principal fato da cidade barroca. Nem sempre era possível projetar uma cidade inteiramente nova segundo o modelo barroco,

⁵⁶ Op. Cit.

⁵⁷ Id., ibid.

mas traçando meia dúzia de novas avenidas ou um novo bairro, era *possível redefinir o caráter de uma cidade*.⁵⁸

Pedroso aponta para o trabalho de Argan sobre a cidade barroca para exemplificar o processo de construção de Petrópolis a partir da metade da década de 1840. Essa construção, que passaria pelo comando do Major Koeler, serviria para redefinir o caráter de uma cidade. Enquanto apontam para o importante caráter discursivo das atribuições às partes de uma cidade, Argan e Pechman levantam as mesmas preocupações que pareciam ocupar as motivações de Stephen para seu relato e também para Carl von Koseritz, cujas observações sobre o Rio de Janeiro foram mais extensas do que o cronista de 19 anos antes.

A cidade barroca, que se constrói na medida da necessidade de seus moradores - ou seja, de forma orgânica - deveria ser traduzida, com todos os esforços necessários, para uma cidade ordenada. Poucos anos depois da construção dos principais prédios, na década de 1850, Petrópolis deixou uma forte impressão no cronista Stephen, muito voltado ao aspecto demográfico: o aspecto arquitetônico da cidade também é mencionado, sempre em oposição, com saldo positivo, a Petrópolis. Von Koseritz escreve, quase vinte anos depois, no Rio de Janeiro atravessado por diversas mudanças:

é certo que sentimos aqui pulsar a vida do Império - aqui nos encontramos no ponto central e mais importante dele e vê-se diariamente na rua do Ouvidor os homens que governam o país e conduzem a opinião pública-, mas o caráter geral da sociedade local é muito especial e quase que eu diria frívolo. O Rio de Janeiro é o Brasil, e a rua do Ouvidor é o Rio de Janeiro.⁵⁹

A diferença entre a análise de von Koseritz e a de Stephen reside na observação firme - e por vezes, unida - da arquitetura da cidade e dos habitantes, abastados ou não. Se a Rua do Ouvidor, a mais importante da capital e existente desde os tempos coloniais representava a cidade (barroca) do Rio de Janeiro, aquela nova Avenida do Imperador, em frente ao Palácio de Verão em Petrópolis, era relevante para representar seu reflexo melhorado: a importância da Rua do Ouvidor superava, em valores pragmáticos e simbólicos, aquela avenida petropolitana - que deveria se manter, se mantivermos a argumentação de Pechman, como discurso da esperança de civilizar a capital, como se a partir de sua extensão na serra fosse possível manter

⁵⁸ ARGAN apud PEDROSO, p. 68.

⁵⁹ VON KOSERITZ apud NEVES, p. 132.

a lembrança de que a capital estava mudando e deveria mudar muito mais, nas vias demográficas (como Petrópolis havia sido planejada) e arquitetônicas (também como Petrópolis). Essa visão é revista por Neves:

Essa experiência e visão permitirão ao moderno e anticlerical teutobrasileiro ler a cidade esquadrejada entre o velho e o novo, entre o peso do atraso e o desejo do progresso, entre a beleza da paisagem e a feiúra das ruelas tortas e sujas, entre as sobrevivências coloniais e os projetos modernos, entre a superstição e a razão ao contemplar o Convento de Santa Teresa e proferir, dali, seu oráculo sobre a cidade em que convivem, no presente, o passado e o futuro: se ainda é possível viver no passado, como o prova o velho convento, será preciso, em breve, escolher a que mundo a cidade - e, com ela, o país como um todo - pretende pertencer.⁶⁰

Koseritz ainda se refere aos lugares icônicos da cidade como belíssimos, ainda que perigosos: seja pelos riscos sanitários - ele morreria decorrente da febre que assolava o Rio de Janeiro em 1890, seja pelos riscos à integridade física - testemunhou um assalto e teceu comentários fervorosos sobre a presença de capoeiras, “vagabundos” e “moleques”⁶¹ nas ruas, von Koseritz nomeia a capital de “cobra de lindas cores”⁶², devido aos perigos que sua beleza pode ocultar. Além disso, como republicano, as instituições imperiais na década de 1880 pareciam sofrer, como sintoma da nação, de uma “senil juventude”. No entanto, a título de comparação, “durante sua visita a Petrópolis, a cidade serrana de ares europeus para onde a boa sociedade fugia das mazelas da cidade-capital, nosso cronista-informante pinta um curioso retrato metafórico do futuro do império do Brasil.”⁶³ E ainda:

Entusiasta da cidade serrana, onde vai para fugir do “forno do Rio de Janeiro”, alegra-se por lá encontrar “o bonito vale do Palatinado, com as suas casas de colonos” e “louras crianças brincando diante delas”, “uma fábrica de tecidos que emprega centenas de operários”, “carros muito elegantes, cavalos de raça, bonitas librés, cocheiros estilados e criados de primeira ordem, aos quais não estamos acostumados no Brasil.”⁶⁴

⁶⁰ NEVES, p. 135.

⁶¹ NEVES, pp. 139-140.

⁶² NEVES, p. 136.

⁶³ NEVES, p. 146.

⁶⁴ NEVES, p. 146.

3.3 Dualidades entre Corte e cidade

O relato de von Koseritz, selecionado como uma fonte para os objetivos da análise deste capítulo, permite abordar o caráter claudicante da cidade-capital: a diferença entre seus moradores era enorme, e a diferença entre a parte do Rio de Janeiro mais proeminente aos olhos de von Koseritz e aquela que o fazia frisar na sua visita a Petrópolis era a sociabilidade nos espaços públicos.

Na capital não havia “criados de primeira ordem”, como aqueles presentes na Serra da Estrela – o que abria espaço para os comentários, distantes cronologicamente, de von Koseritz e Stephen sobre os grupos sociais no Rio de Janeiro era a chance, vista como plausível, de transformar a população que transitava entre a Corte e a Cidade, na denominação de Barra. A visão sobre os grupos que estavam presentes nas ruas unia tanto a necessidade de uma drástica mudança no cenário urbano do Rio de Janeiro quanto a garantia de que essa mudança, caso ocorrida, não apagaria totalmente os traços coloniais – atrasados, no vocabulário corrente do final do século XIX – da “cobra de belas cores”. Novamente, a importância do Rio de Janeiro se reflete na necessidade de um satélite – Petrópolis – para aliviar a fadiga do cotidiano na capital: a “cobra de belas cores” de von Koseritz em 1883 era semelhante e antitética à “Veneza fluminense” de Stephen em 1864.

Desse modo, Petrópolis representa, para os estrangeiros e para os brasileiros, uma dualidade: extensão da capitalidade do Rio de Janeiro, nas palavras de Pedroso e Barra, bem como monumento da aspirada transmutação. Essa dualidade atinge também as semelhanças e antíteses com o Rio de Janeiro. As semelhanças - extensão da capitalidade; isto é, a presença da burguesia enobrecida e de cortesãos; as instituições políticas que tornaram Petrópolis colônia, depois cidade; os edifícios; a população urbanizada e ruralizada - podem ser aproximadas às diferenças - a distância geográfica da capital; a topografia local; a organização do soberano:

Capital do país, corte da monarquia, sede das legações diplomáticas, maior porto do território e área de forte concentração urbana de escravos, o Rio de Janeiro aparece, doravante, teatro das contradições imperiais.⁶⁵

⁶⁵ ALENCASTRO, p. 23.

A ordem de criar um Palácio de Verão na serra investia ao Poder Moderador a criação de monumentos da sua ordenação do território nacional: aplinar revoltas contra a ordem imperial equivaleria, no projeto petropolitano, a condicionar a natureza e os próprios habitantes (que carregavam estampada a demografia desejada para Petrópolis), moldar um espaço à imagem do Imperador - a cidade de Pedro seria, por associação, o segundo palco no “teatro das contradições imperiais”, garantia da projeção dos “ares civilizados”.

CONCLUSÃO

Na bela cidade que o sonho estendia diante de seus olhos havia galerias arejadas, de onde os amores e as graças se inclinavam para ele, jardins onde os frutos da vida amadureciam e regatos de esperança refulgiam-se ao sol. A visão durou apenas um instante e desvaneceu-se.⁶⁶

Ao longo dos capítulos, buscamos mostrar que a construção de Petrópolis, de acordo com a bibliografia consagrada, seguiu uma proposta de ordenação em consonância direta com o Poder Moderador de SMI D. Pedro II. Os signos dessa construção podem ser separados por consolidação dos objetivos de seus construtores: em primeiro lugar, a escolha do local marcava uma tentativa de continuidade em relação ao Primeiro Reinado, já que a Fazenda Córrego Seco havia sido inicialmente arrendada por D. Pedro I, que não deu continuidade às modificações no terreno, conforme mostram Pedroso e Schwarcz, citadas no primeiro capítulo. Se a continuidade de um projeto estava em jogo, a importância do decreto de fundação toma ainda mais relevância por representar a afirmação de um compromisso do jovem imperador D. Pedro II em assegurar que seu Império seria devedor a uma certa tradição e produziria um legado nacional, a exemplo do que seu pai havia feito, com o rompimento dos laços de ‘paternidade’ com Portugal.

Em segundo lugar, a mesma tradição que se buscava resgatar e afirmar como legitimadora do projeto nacional brasileiro incluía uma lógica de exclusão: a exclusão do território ultramarino português como colônia, quando D. João elevou a colônia portuguesa mais rica a Reino Unido de Portugal e Algarves, em 1815; a exclusão do vínculo de ‘paternidade’ do primeiro monarca do Brasil em relação a Portugal, em 1822; a exclusão da manifesta herança monárquica em favor do dever externo, em 1831; a exclusão de precedentes e a de reestruturação da ordem da herança monárquica, em 1840. Ainda assim, com sucessivas ondas de exclusão, parecia resoluto a ideia de retornar ao Império do Brasil o status de pertencente à Europa - desta vez, não pela via da dominação colonial, mas pela assimilação de costumes. O maior problema que impedia a consolidação dessa modernidade europeia, fortemente francófila, era o desenvolvimento cultural autóctone no território: durante todo o tempo de conexões com o continente europeu, as influências de outras culturas foram maciças e inegáveis. Mas a inegabilidade dessas culturas existentes no Império, amplamente oriunda dos indivíduos escravizados nos espaços rurais e urbanos, não pareceu impedir que a clivagem

⁶⁶ DICKENS, C. *Um conto de duas cidades*. São Paulo: Nova Cultural, 2011, p. 79.

fosse efetuada novamente entre o Brasil e a Europa: a civilização nos trópicos foi à resposta encontrada ao dilema, o que incorreu em constantes tentativas de aplacar revoltas contra o Poder centralizado e apagar cenários e manifestações culturais divergentes da hegemonia imperial.

Em terceiro lugar, a hegemonia imperial produziu uma cidade que testaria seu ideal de sociedade: Petrópolis. A cidade de Pedro não foi nomeada assim de forma gratuita. Conforme aponta o segundo capítulo, o Poder Moderador se confundia com a própria cidade que desejou criar: para a consolidação, colaboravam a topografia, que rememorava a europeia, clima ameno e na serra; a uma arquitetura neoclássica europeia; a demografia da cidade, planejada desde o início da construção. Os nomes na cidade também merecem igual atenção: Petrópolis evocava S. Petersburgo, uma cidade erguida de um pântano por um Imperador que planejava uma “janela para a Europa”; as ruas de Petrópolis foram, inicialmente, nomeadas em homenagem aos imigrantes germânicos trazidos para a construção, para que estes “se sentissem em casa”.

Esse espaço para testes da civilização tropical também era espaço para redenção de seus agentes: trazer os imigrantes germânicos implicava não fazer uso “absurdo” da mão de obra escravizada e aumentar as chances de sucesso da modernidade do Império. Admitia-se, por um lado, o “absurdo” da escravidão, mas não reconhecia esses indivíduos como membros da ordem imperial - ao contrário, a ordem escravista seria um dos pilares mais fortes e contraditórios da economia do Império até fins do século.

Em quarto lugar, as dualidades nesse espaço imperial abriam precedente para reformas constantes, tanto no plano político quanto no plano arquitetônico: essa arquitetura do Palácio de Verão seria tanto projeto de civilização quanto projeção da modernidade e da capitalidade do Rio de Janeiro. “Extensão da capitalidade” e “referencial” são adjetivações da relação que se estabeleceu, intrinsecamente, entre o Rio de Janeiro - a cidade colonial que se civilizava, adaptando-se aos novos tempos, e Petrópolis, a aspirante a capital europeia nos trópicos. Ainda que aspirante, seu lugar era o de monumentalizar a ordem imperial, exemplificar o desejo de centralização política e homogeneizar divergências no teatro das relações de poder no Império.

Dessa forma, operaram-se, desde a independência, manutenções de ordens políticas europeias, na tentativa de transmutar um ideal de sociedade deste lado do Atlântico: no capítulo 2, apontou-se, a partir de Mattos, que a transmutação da corte portuguesa para o Rio de Janeiro no início do século XIX - isto é, a transferência da ‘alma’ política do reino português - houvesse tomado novos rumos na transição política encabeçada por D. Pedro I, garantindo que a tradição europeia se mantivesse como norteadora do novo Império. Uma nova operação nessa transmutação foi testada - adaptando, preservadas as escalas, a metáfora das duas portas da

cidade colonial - com a influência de uma cultura ilustrada, cuja figura máxima era o próprio Imperador D. Pedro II: a mudança política era necessária para que o Brasil encontrasse sua posição próxima à Europa - o vocabulário do ‘atraso’, da ‘juventude’ frente à grande ‘experiência’ e pioneirismo das potências europeias era também mantido nos projetos demonstrados nas Exposições Universais. A linguagem do progresso encontrava, em Petrópolis, sua representação mais fiel junto aos esforços incansáveis dos agentes da transmutação.

Projeto, mas também *projeção* da civilização e do Rio de Janeiro que se esperava alcançar, a propaganda de Petrópolis evidenciava o cuidado com o olhar externo - o do habitante abastado e próximo da corte, habitante do Rio de Janeiro além dos viajantes ao Império do Brasil. Evidência de sucesso nos esforços de construção e, por vezes, anotação das falhas no projeto - ‘semi-europeus’ e ‘senil juventude’ são analogias utilizadas por dois desses viajantes, Stephen, na década de 1860, e Carl von Koseritz, na década de 1880.

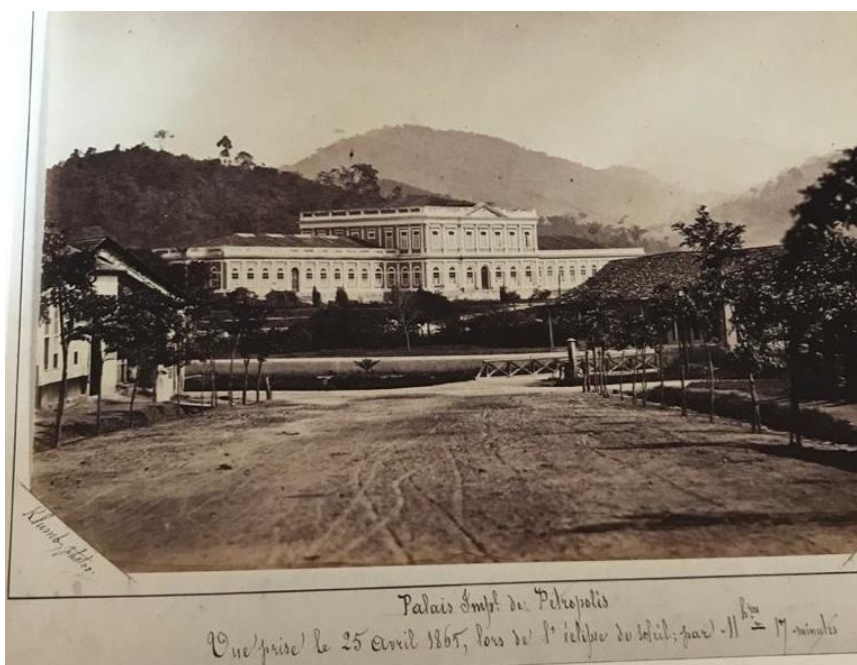
Como no romance de Charles Dickens, a demanda por civilização implicava em compromisso com a mudança intermitente: o sentimento de dívida e cobrança seria um dos operadores da contradição entre Petrópolis e o Rio de Janeiro, em que a dívida seria implantada como inspiradora para a afirmação da civilização europeia nos trópicos e a cobrança, no próprio território nacional do Império do Brasil, com as mudanças demandadas como insuficientes, ao fim e ao cabo, para consolidar uma extensão da Europa desde lado do Atlântico. Exatamente porque a agência dos sujeitos que aqui viviam foi ignorada como vetor da civilização, o projeto imperial foi suplantado pela República, Petrópolis mostrou-se e continuou no crepúsculo do século XIX e na alvorada do século XX um monumento ao Império e ao Poder que este gerenciava a partir da capital, e o Rio de Janeiro consolidou-se como lugar de reformas ainda mais necessárias para cada projeto de nação que se colocava ao fim do século XIX. Nesse sentido, Petrópolis se manteve como centro difusor de ideais nacionalistas do projeto imperial, demarcado tanto em sua arquitetura quanto em sua população, planejada desde o início como portadora da capacidade de sobrepor, ideologicamente, a população escravizada que sustentou a economia imperial. Nas palavras de Schorske, “tudo que é sólido desmancha no ar”; com as contradições como norte, no sonho de uma bela cidade, uma “Veneza americana”, que servisse de exemplo e monumento do Império do Brasil, “a visão durou apenas um instante e desvaneceu-se”.

ANEXOS

1 PALÁCIO IMPERIAL DE PETRÓPOLIS: 1860-1889

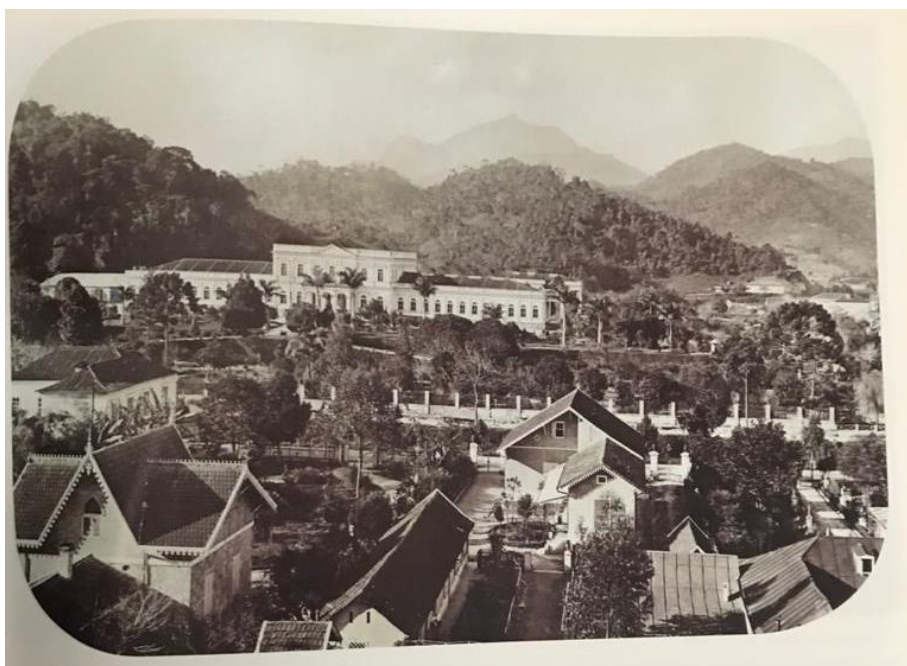


Revert Henry Klumb. *Petrópolis : le Palais Impl., ses dependances et partie de la ville: vue prise de.* [vista do Palácio Imperial, suas dependências e parte da cidade]. 1860. Brasiliana IMS.

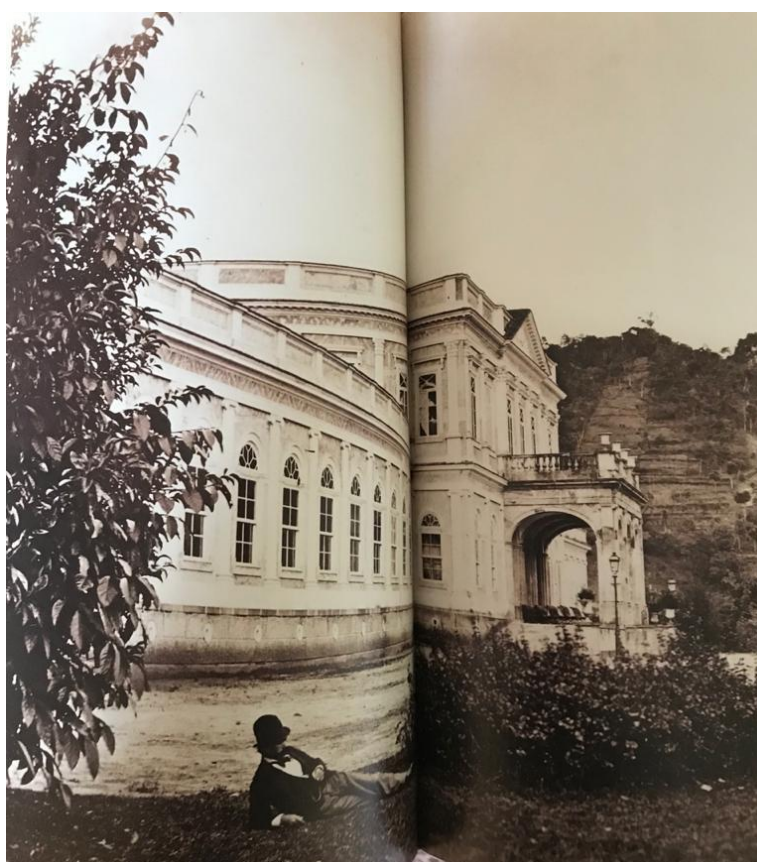


Revert Henry Klumb. *Palácio Imperial, Petrópolis*, 10x14cm. 1865. “Palais Impl. de Petropolis. Une prise le 25 avril 1865, lors de l’éclipse du soleil, par 11 hrs 17 minutes”.⁶⁷

⁶⁷ CORRÊA LAGO, 2008, p. 63.



Marc Ferrez. *Palácio Imperial*, Petrópolis, 19x24,5cm, c. 1885.⁶⁸



Ernesto & Jorge Papf. *Palácio Imperial de Petrópolis*, 13,5x20cm. c. 1885.⁶⁹

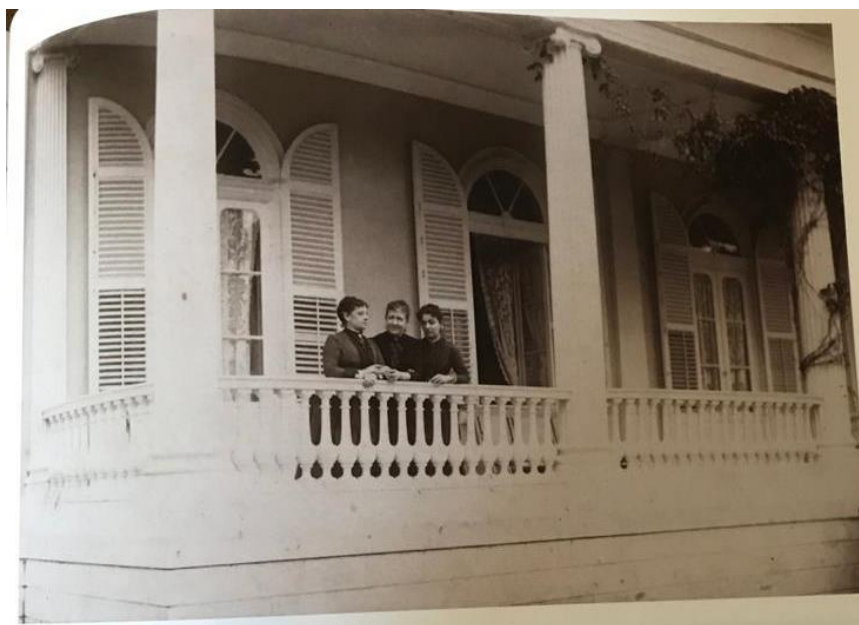
⁶⁸ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 169.

⁶⁹ CORRÊA DO LAGO, 2008, pp. 240-1.

2. FAMÍLIA IMPERIAL: 1885-1889



Otto Hees, *Família Imperial em Petrópolis*, 19x14,5cm. 1889.⁷⁰

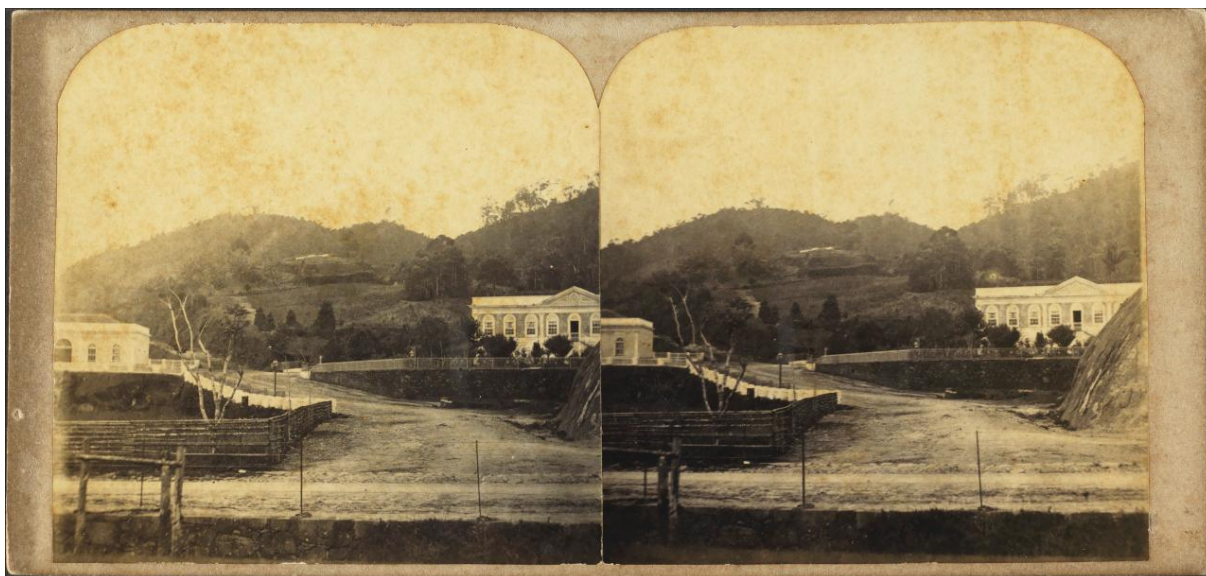


Marc Ferrez, *Princesa Isabel com as baronesas de Muritiba e de Loreto*. c. 1885⁷¹

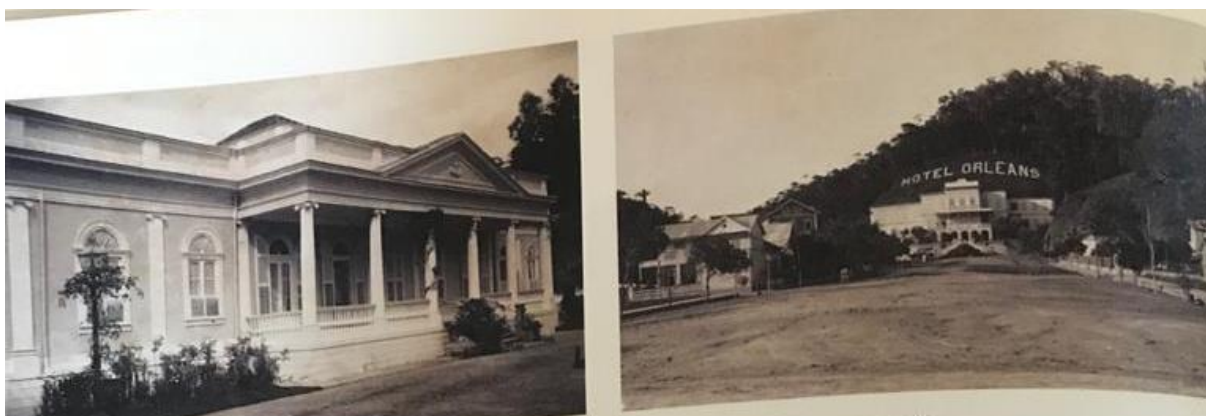
⁷⁰ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 235.

⁷¹ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 171.

3. PETRÓPOLIS: 1874-1897



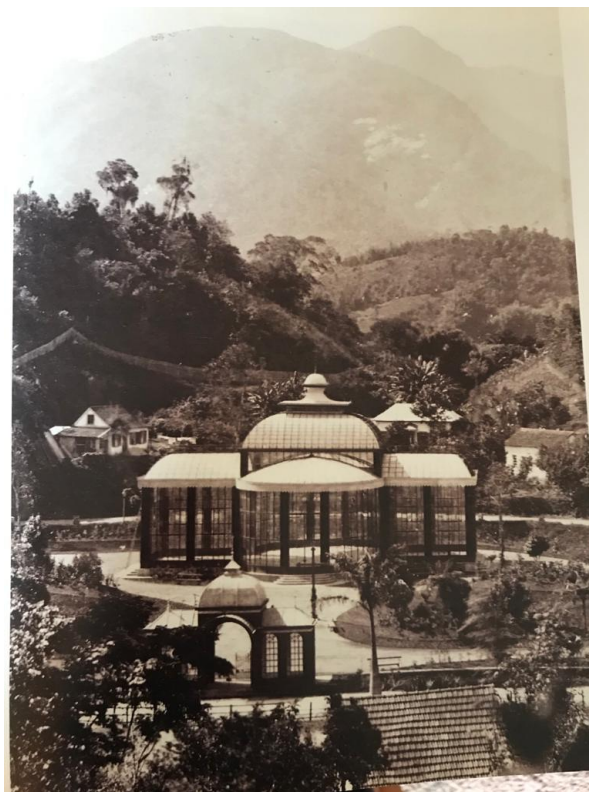
Klumb, Revert Henrique. *Petrópolis: Arrivée a la residence de S.S.A.A. Mgn. le Duc et Made. la Duchesse de Saxe* [Chegada à residência de Suas Altezas Duque e Duquesa de Saxe]. 1897.
Brasiliiana IMS



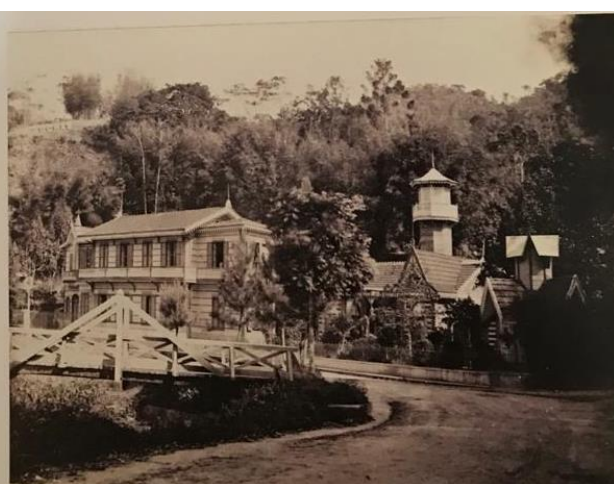
Da esquerda para a direita:

- 1) Marc Ferrez. *Palácio Isabel, Petrópolis*, 11,5x19cm, c. 1885;
- 2) Marc Ferrez. *Petrópolis – Hotel Orléans*, 11,5x19cm, c. 1885.⁷²

⁷² CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 174.



Ernesto e Jorge Papf. *Palácio de Cristal, Petrópolis*, 20x13,5cm, c. 1885.⁷³



Da esquerda para a direita:

1) Ernesto e Jorge Papf. *Casa com mulher no balcão e jardins*, 15x18cm, c. 1885.

2) Ernesto e Jorge Papf. *Petrópolis*, 13,5x20cm, c. 1885.⁷⁴

⁷³ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 243.

⁷⁴ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 242.



Revert Henry Klumb. *Residência de Penha Ferreira no bairro Palatinato Inferior, Petrópolis.*

10x14cm, c. 1874.⁷⁵



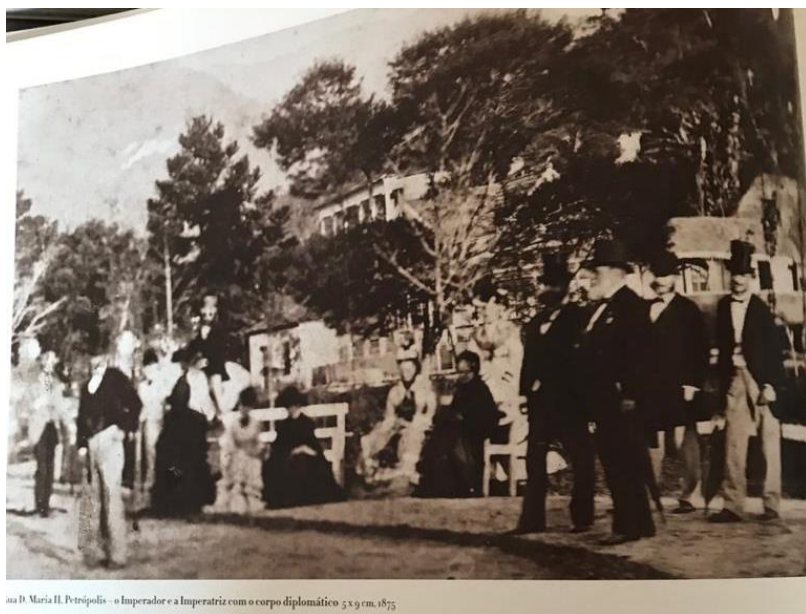
Ambas:

Marc Ferrez. *Estrada de Ferro, Petrópolis*, 11,5x19cm. c. 1885.⁷⁶

⁷⁵ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 73.

⁷⁶ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 175.

4. SOCIEDADE: 1875-1885



Revert Henry Klumb. *Rua D. Maria II, Petrópolis, o Imperador e a Imperatriz com o corpo diplomático.* 5x9cm. 1875.⁷⁷



Revert Henry Klumb. *Família Imperial na Exposição de Horticultura em Petrópolis* 12x17,5cm. 1885.⁷⁸

⁷⁷ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 64.

⁷⁸ CORRÊA DO LAGO, 2008, p. 189.

REFERÊNCIAS

- ALENCASTRO**, Luiz Felipe. “Vida privada e ordem no Império”, In: *História da Vida Privada no Brasil - Império: a corte e a modernidade nacional*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, pp. 11-93.
- ARGAN**, Giulio Carlo. “A arte no contexto da cultura moderna”. In: *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993, pp. 85-91.
- AZEVEDO**, André Nunes de. “A Reforma Pereira Passos: uma tentativa de integração conservadora”. *Tempos Históricos*, vol. 19, jul.-dez./2015, pp. 151-183. Disponível em: <<http://e-revista.unioeste.br/index.php/temposhistoricos/article/view/12480/9400>>.
- BARRA**, Sérgio. *Entre a Corte e a Cidade: O Rio de Janeiro no tempo do rei (1808-1821)*. Rio de Janeiro: José Olympio, 2008.
- BENJAMIN**, Walter. “Paris, capital do século XIX”. In: KOTHE, Flávio (org.). *Walter Benjamin: sociologia*. São Paulo: Ática, 1991, pp. 30-122.
- BERMAN**, Marshall. “Petersburgo: o modernismo do subdesenvolvimento”, “Na floresta dos símbolos: algumas notas sobre o modernismo em Nova Iorque”. In: *Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade*. São Paulo: Companhia das Letras, 1986, pp. 167-330.
- CORRÊA DO LAGO**, Pedro e Bia. *Coleção Princesa Isabel: fotografia do século XIX*. Rio de Janeiro: Capivara, 2008.
- DIAS**, Maria Odila Leite da Silva. *A interiorização da metrópole e outros estudos*. São Paulo: Alameda, 2009.
- DICKENS**, C. *Um conto de duas cidades*. São Paulo: Nova Cultural, 1982.
- ELIAS**, Norbert. *A Sociedade de Corte. Investigação sobre a sociologia da realeza e da aristocracia de corte*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, pp. 27-60.
- _____. *O processo Civilizador (vol. 2): Formação do Estado e Civilização*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- MATTOS**, Ilmar Rohloff de. *O Tempo Squarema*. São Paulo: HUCITEC, 1987.
- _____. “Construtores e herdeiros: a trama dos interesses na construção da unidade política”. *Almanack braziliense*, n. 01, maio 2005, pp. 08-26.
- NEVES**, Margarida de Souza. “Uma cidade entre dois mundos – o Rio de Janeiro no final do século XIX”. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo. *O Brasil Imperial - Volume III (1870-1889)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, pp. 119-153.

NEVES, Margarida de Souza. “Uma capital em trompe l’oeil. O Rio de Janeiro, cidade-capital da República Velha”. In: MAGALGI, Ana Maria et alii. *Educação no Brasil. História, cultura e política*. Bragança Paulista: EDUSF, 2003, pp. 253-286.

PECHMAN, Robert Moses. “Pedra e discurso: cidade, história e literatura”. *Semear*, vol. 3. Disponível em: <http://www.lettras.puc-rio.br/unidades&nucleos/catedra/revista/3Sem_06.html>.

PEDROSO, Margarida M. Mendes. *Petrópolis: De Povoação-Colônia a Elevação à Categoria de Cidade, Um estudo sobre sua Formação Urbana*. Dissertação de Mestrado, Dept. de História. PUC-Rio, Rio de Janeiro, set./2014.

RODRIGUES, Antonio Edmilson Martins. “Em algum lugar do passado: Cultura e História na Cidade do Rio de Janeiro”. In: AZEVEDO, André Nunes de (org.). *Rio de Janeiro: Capital e Capitalidade*. Rio de Janeiro: Departamento Cultural, 2002, pp. 11-43.

SÁ, Maria Elisa Noronha de. *Civilização e barbárie: A construção da ideia de nação, Brasil e Argentina*. Rio de Janeiro: Garamond, 2012.

SCHORSKE, Carl E. “A Ringstrasse, seus críticos e o nascimento do modernismo urbano”. In: *Viena fin du siècle: política e cultura*. São Paulo: Ed. Unicamp/Companhia das Letras, 1988, pp. 43-124.

_____. “A ideia de cidade no pensamento europeu: de Voltaire a Spengler”. In: *Pensando com a história: indagações na passagem para o modernismo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000, pp. 53-72.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. “As residências de D. Pedro”, In: *As Barbas do Imperador. D. Pedro II, um monarca nos trópicos*. São Paulo: Companhia das Letras, 2016, pp. 207-245.

SCHWARCZ, L. M.; **STARLING**, H. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

STAROBINSKI, Jean. “A palavra: ‘civilização’”, In: *As Máscaras da Civilização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, pp. 11-56.